

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

PEDRO LUIS ZONTA JUNIOR

**O CONCEITO DE CORONELISMO NA
FUNDAÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA
DA PRIMEIRA REPÚBLICA**

FRANCA

2017

PEDRO LUIS ZONTA JUNIOR

**O CONCEITO DE CORONELISMO NA FUNDAÇÃO
DE UMA CULTURA POLÍTICA DA PRIMEIRA
REPÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca para obtenção do título de Mestre.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Biason

FRANCA

2017

À minha família, que sempre esteve comigo.

Zonta Junior, Pedro Luis.

O conceito de coronelismo na fundação de uma cultura política da Primeira República / Pedro Luis Zonta Junior. – Franca : [s.n.], 2017.

82 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Rita de Cássia Biason

1. Brasil - História - República Velha - 1889-1930.
2. Brasil - Política e governo. 3. Coronelismo. I. Título.
CDD –981.05

AGRADECIMENTOS:

Início os agradecimentos com o temor de cometer alguma injustiça. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer minha orientadora, a Professora Dr.^a Rita de Cássia Biason pelo cuidado e acima de tudo pela paciência com este orientando que por momentos diversos, não foi o mais prudente ou competente possível. Foi e é uma alegria poder trabalhar com a senhora.

Agradeço as professoras Dr.^a Márcia Pereira e Dr.^a Virgínia Camilotti por indicações preciosas quanto ao caminho a se seguir.

Agradeço também a cada um dos professores que passaram pela minha vida. É uma pena que o tempo tenha feito com que o nome de alguns tenha se apagado, mas desde o mais inicial dos anos escolares, agradeço muito por terem me auxiliado, e em algumas vezes despertado minha curiosidade. Destes, agradeço em especial ao meu professor do fundamental, o professor Alex Figueiredo, por ter conseguido despertar em mim a alegria da leitura. Agradeço a minha *Alma Mater*, a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, parte integrante da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, por ter me formado, tanto como profissional, quanto como ser humano. Agradeço a CAPES por ter financiado o presente trabalho e possibilitado parte de seu desenvolvimento.

Da mesma maneira que meus professores, minha família foi de fundamental importância para este momento. As lições longas de histórias contadas por meus avós, a importância do compromisso e da honestidade passada por meu querido pai, Pedro, o valor da persistência incutido por minha amada mãe, Rosimeire, e o valor dos sentimentos presentes em meu irmão, Breno, foram pontos de alento, quando as coisas não estiveram tão bem.

Dedico também o presente texto aos amigos, presentes sempre quando a família não esteve. Meu amigo de infância, Matheus Cangussú, um leitor sempre crítico, meu amigo de moradia; José Zanirato, com quem discuti, aprendi, convivi e joguei Mario Kart (apesar de particularmente eu ser muito ruim); Rafael Mellado, meu amigo de semi-moradia, com quem tive mais conversas sobre Direito do que é recomendado pela OMS; meu amigo de profissão, Guilherme Freitas, que me animou em momentos bem difíceis; e por último na ordem, meu precioso amigo Lucas Barosi, que me ensinou a ver e a encarar a vida de uma maneira que eu não poderia imaginar. A todos vocês, meus amigos, muito obrigado.

No sentido de me suportar e apoiar, um agradecimento deve ser feito em especial. Agradeço do fundo do coração a minha querida Liz Marina, por estar ao meu lado apesar de nem sempre eu poder estar ao seu. Nosso convívio, indubitavelmente fez de mim alguém muito melhor. Meu coração é seu.

Agradeço também aos amigos de profissão, que felizmente encontrei nos últimos anos, pessoas cuja alegria de viver e orgulho do que fazem influenciaram diretamente minha visão de mundo, e cujos palpites foram importantíssimos para a elaboração desse trabalho. Julio, Willy, Vitor, Guilherme, Marcelo, muito obrigado por estarem presentes e se fazerem presentes também.

Resumo

O presente trabalho de dissertação propõe uma investigação sobre o conceito de coronelismo. Para isso, tomamos referenciais da História dos Conceitos como auxílio para tentarmos compreender como se constrói a figura do coronel na historiografia brasileira, estabelecendo análises que articulam-se tanto com o conteúdo quanto com o processo de escrita de textos sobre o coronelismo. Conceitos como patrimonialismo, clientelismo e mandonismo articulam-se no escopo investigativo. Nesse caminho, partimos também para analisar como o coronelismo acaba por tornar-se base do que se entende como a história do surgimento da república no Brasil, sendo ele um dos seus principais conceitos de articulação. Por esse trajeto, nosso objetivo é o de tentar compreender a existência de uma aparente cultura política do coronelismo na Primeira República, que parece se formar baseada nas ações dos coronéis. Sendo assim, o intuito da pesquisa é compreender o significado do conceito de coronelismo e o motivo pelo qual a figura do coronel é constantemente retomada na política nacional.

Palavras-chave: Coronelismo. Primeira República. História dos Conceitos.

Abstract

This work proposes a research on the concept of coronelismo. For this reason, we have taken references from the conceptual history as an aid to try to construct the figure of the “coronel” in Brazilian historiography, articulating both the content and the writing process of texts on coronelism. Concepts such as patrimonialism, clientelism and mandarism are articulate in the investigative scope. In this way, we also start to analyze how coronelism becomes the basis of what is understood as a history of the emergence of the republic in Brazil, being one of its main concepts of articulation. Through this route, our objective is also to create an opinion of a new political culture of coronelismo in the First Republic, that seems to be formed by the actions of the “coronéis”. Thus, the purpose of the research is to understand the meaning of the concept of coronelismo and the reason why the figure of the colonel is constantly retaken in the national politics.

Key Words: Coronelismo. First Republic. Conceptual History.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	08
CAPÍTULO 01: A HISTÓRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA MOVIDA PELOS CORONÉIS.	10
1.1. A História, a Cultura Política e a História dos Conceitos.....	10
1.2. O Brasil nos últimos anos do Império.....	17
1.3. O Brasil nos primeiros anos da República.....	30
CAPÍTULO 02: OS PRIMEIROS ESCRITOS ACERCA DA REPÚBLICA.	39
2.1. A República como missão.....	39
2.2. O despertar da ilusão republicana.....	44
2.3. Primeiras formulações sobre o conceito de coronel.....	49
CAPÍTULO 03: AS MÚLTIPLAS FACES DO CORONELISMO.	56
3.1. Disputas pelo conceito de coronel.....	56
3.2. O coronelismo e o patrimonialismo.....	58
3.3. Coronelismo, mandonismo e clientelismo.....	66
3.4. O ocaso da Primeira República e o eclipse dos coronéis.....	63
CONCLUSÃO:	71
FONTES E BIBLIOGRAFIA:	78

INTRODUÇÃO:

O inquietamento inicial, a dúvida que levou ao desenvolvimento dessa pesquisa é não outro que não a pergunta: o que é o coronel? Nesse sentido, vários autores escreveram, cada um deles com suas particularidades, seus traços de escrita, suas inquietações próprias. A dúvida inicial, porém, abre-se em um conjunto bastante diverso de respostas, que articula e versa sobre a própria escrita da história da primeira república.

Há uma relação muito imediata que pode-se estabelecer entre a primeira república e o coronelismo em nossos dias. Toda vez em que há um cacique partidário, ou alguém com menor vontade democrática em relação ao Estado, essa pessoa é imediatamente chamada de coronel. Chamar alguém de coronel figura como ofender diretamente o *status* de moderno do indivíduo, lançando-o ao atraso político, à falta de valores republicana.

Tal imagem não está isolada. Se a palavra coronel significa imediatamente uma ofensa, a historiografia é bastante específica também quanto à quando existiram tais figuras – a primeira república é comumente chamada de república dos coronéis, república oligárquica ou ainda república velha. Evocar esses nomes para o período político em questão possui uma significação historiográfica, base de onde partiremos para entender essa via de dupla mão.

A fundação da república, nos idos de 1889, é vista como marca de grande diferença, como advento aberto às novas possibilidades, como florescimento de um novo tempo, de um novo espírito para a nação. O discurso apresentado é ufanista, cego, aparentemente calcado na propaganda acerca de si para nós, mas bastante positivo, e aparentemente verdadeiro para os seus.

Esse sentimento, porém, não vigora longamente, e ainda nesse período, ao que chamamos de primeira república, ele parece enfraquecer-se, amainar-se, sumir. Procura-se então a alguém para culpar. Procura-se um motivo para a fugidia *Niké*, ou melhor, o espírito da própria *Res Publica* ter desaparecido.

Encontra-se entre vários outros motivos, a diferença entre um espírito projetado de República, e as condições possíveis para o Brasil. Nesse espaço, a figura que melhor se configura, que melhor se adapta é a do oligarca, do mandão, do senhor que controla, manipula, segura, comanda. O próprio coronel.

Esse coronel, porém, possui diversas atribuições. Em seu tempo, fora senhor

da Guarda Nacional, fazendeiro, nome importante na região que comandou. Em nosso tempo, para além da atribulada vida do coronel, ainda está disperso por entre um emaranhado de relações que a história o atribuiu. Por esse caminho, passaremos por três autores centrais, a saber – Victor Nunes Leal, considerado o fundador dos estudos acadêmicos sobre os coronéis, Eul-Soo Pang, um coreano, brasileiro, cujo trabalho central é uma investigação acerca das oligarquias da Bahia, e por último, mas não menos importante, Maria Isaura Pereira de Queiroz, que fundamenta seu texto na sociologia que envolve o fenômeno do coronelismo.

Ambos os autores caminham para suas próprias ideias sobre quem é o coronel e o que é mais importante sobre o coronelismo. Para este trabalho, as diferenças entre as noções estão calcadas em um processo que envolve articulações do próprio tempo de escrita desses autores. Para tentarmos entender melhor esse caminho, tomaremos noções da História dos Conceitos.

O último movimento, é uma exposição de como a historiografia “pós-coronelismo” por assim dizer, utiliza o tema do coronelismo como seu eixo temático central, criando nesse percurso uma aparente cultura política da primeira república.

Como observado, não há claramente uma definição objetiva sobre o que foi o coronelismo. Uma de nossas pretensões é identificar como diversos autores que trabalharam com o conceito identificaram o conceito. Como nos pautamos em referenciais da Cultura Política, pretendemos também conseguir vislumbrar como parte da historiografia da primeira república fundamenta-se no conceito de coronel e coronelismo. Trata-se de um momento crucial na história da política nacional, haja vista que é a transfiguração do sistema monárquico para o sistema republicano e muitas das ações políticas adotadas pelas elites no período possuem reverberações na história da república brasileira. Mais do que isto, a própria relação estabelecida entre o poder do Estado e os coronéis pode nos ser de grande valia na tentativa de compreender melhor as relações de troca entre o público e o privado no país. A pesquisa tem como objetivo, portanto, traçar um quadro historiográfico sobre o fenômeno do coronelismo, baseado nos autores mais citados sobre o tema, ao passo que identifica diversas relações existentes entre o poder da república e o das elites locais.

CAPÍTULO 1. A HISTÓRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA MOVIDA PELA AÇÃO DOS CORONÉIS

1.1 A História e a Cultura Política

Devido o maior espaço dedicado ao coronelismo na introdução, cremos que seja melhor nos centrar nas discussões sobre História Política e Cultura Política. Embora a historiografia francesa, da qual muito herdamos, tenha se eximido de discussões de cunho político durante muito tempo, René Remond¹ lança em 1988 uma espécie de manifesto clamando “Por Uma História Política” renovada, que adote novos referenciais metodológicos e que incorpore métodos da sociologia, da antropologia, da filosofia, da psicologia.

O desafio é aceito, e a então reclusa História Política volta a figurar nas discussões francesas. O próprio Remond cita, *en passant*, a possibilidade de se trabalhar com o conceito de Cultura Política, sem se ater muito ao seu significado. Serge Berstein² afirma que este teve seu período de glória em 1960, utilizado pela então chamada escola “desenvolvimentista”, sendo aplicado principalmente por cientistas sociais e politólogos norte-americanos, mas com uma carga de significados bastante diversa da que aplicamos hodiernamente.

Cultura política exprimia então a ideia de se “encontrar uma regra de comparação entre sistemas políticos diferentes, mas considerados de valor desigual, com relação a critérios de desenvolvimento estabelecendo como modelo de modernidade as normas e os valores das democracias liberais do Ocidente”³. Não obstante, o então conceito admitia que os países possuísem uma só cultura política, haja vista o estudo comparativo entre as nações.

É evidente que para ter ganho visibilidade dentro das teorias das ciências sociais, o conceito teve todo um peso de inovações. Alberto Aggio⁴ aponta que a pedra fundamental da utilização do conceito na ciência política foi a obra *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, de G. Almond e S. Verba, publicados pela primeira vez em 1963. O estudo permitiu que a ciência política se

¹ REMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

² BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e historiografia. In AZEVEDO, Cecília, ROLLEMBERG, Denise (orgs.) Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 29 - 45.

³ Ibid., p. 32.

desviasse de seus temas mais tradicionais para “voltar-se para as dimensões que afetam o conjunto de atitudes, crenças, valores e normas, mais ou menos compartilhadas na vida política da sociedade.”⁵

Esse desvio permitiu uma série de novos estudos sobre a vida política que antes eram reclusos ou nem mesmo estudados. Estudar política não mais era preocupar-se somente com problemas de partido ou ações governamentais. O estudo da cultura política sugeriu que era possível que se observasse como a política partiria de sua base, como as pessoas que compõe a política, como eleitores ou membros do corpo político, se sentem dentro da política. O comportamento das tendências psicossocial deveria ser investigado também. “Visando organizar cientificamente esse campo do conhecimento que havia alargado sobremaneira o conhecimento da vida política, seus formuladores mais expressivos fizeram questão de chamar a atenção para o aspecto normativo dos comportamentos políticos em uma determinada sociedade.”⁶

O problema, como indicado anteriormente, é que o conceito como foi concebido não propunha uma continuidade da cultura política. Ela não se ligaria aos acontecimentos mais antigos, e poderia mudar facilmente conforme o momento histórico. Para além disso, firmava-se evidentemente na superioridade de valores cívicos de matriz liberal-democrática e com origens anglo-saxônicas. Almond e Verba,

Procuraram se distanciar da problemática das mudanças e mesmo dos conflitos, fixando-se numa espécie de obsessão pela ordem e pelo consenso. Esse conservadorismo ideológico acabou sendo tratado por muitos analistas posteriores como o chamado “passado obscuro” do conceito de cultura política.⁷

Em decorrência das pesadas críticas, o conceito acabou sendo deixado de lado por um tempo. Na década de oitenta, com a democratização de uma série de países e também da possibilidade de democratização de várias esferas da vida, o conceito de cultura política tomou novos ares. Obviamente que para ser aplicado

⁴ AGGIO, Alberto. Uma aproximação introdutória ao universo da cultura política. In: Uma nova cultura política. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2008. Cap. 2, p. 45-51.

⁵ Ibid., p. 45.

⁶ AGGIO, Alberto. Uma aproximação introdutória ao universo da cultura política. In: Uma nova cultura política. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2008. p. 46.

⁷ Ibid., p. 47.

teve parte de suas teorias revisitadas e modificadas. O conceito em si, passou se relacionar com as opções disponíveis aos atores políticos, ou seja, estava ligada a uma condição histórica. Dessa maneira, acabava por englobar uma série de objetos que não contemplava em sua formulação primeira. Em sua nova concepção, Almond destaca que cultura política,

Define-se de quatro maneiras: em primeiro lugar como composta pela série de concepções subjetivas da política que prevalece em uma população nacional ou a subsérie de uma população nacional; em segundo lugar, como possuidora de componentes de cognição, afetivos e valorativos; incluindo conhecimentos e crenças relacionados com a realidade política, sentimentos com respeito a política e compromissos com valores políticos; terceiro: o conteúdo da cultura política é consequência de uma socialização durante a infância, a educação, a exposição a meios de comunicação massivos e as experiências adultas com o desempenho governamental, social e econômico; quarto: a cultura política afeta a estrutura e o desempenho político e governamental – se não os limita, certamente os determina. A cadeia de causalidade que une a cultura e a estrutura opera em ambas as direções.⁸ (Tradução nossa)

Para Serge Berstein, o entendimento do que é cultura política passa pelos referenciais que são utilizadas pelo historiador. Dessa maneira, entende-se pelo conceito “um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas”⁹ e que estão além da visão reduzida do partido político.

Como o historiador parte de dados empíricos para seus estudos, ele confronta diversos temas que podem ser coerentes entre si ou rivais, questionando-se sobre suas permanências ou mutações, e, além disso, qual o papel que os homens que ocupam dada sociedade desempenham em sua organização, ou o que motiva suas participações e seus comportamentos políticos. Dessa forma, “ela (a cultura política) varia em função dos lugares, das épocas, dos tipos de civilização”¹⁰

A cultura política é, portanto, algo extremamente mutável. Muda de forma conforme os lugares, as épocas e os tipos de civilização, embora seja possível

⁸ ALMOND, Gabriel A. El estudio de la cultura política. In ALMOND, Gabriel A. Una disciplina segmentada – escuelas y corrientes en las ciencias políticas. México: FCE, 1999, p. 203.

⁹ BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e historiografia. In AZEVEDO, Cecília, ROLLEMBERG, Denise (orgs.) Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 31.

¹⁰ Ibid., p. 29.

determinarmos através dela uma série de permanências quando separamos um espaço e um tempo para sua execução.

Num dado momento da história, uma cultura política constitui um todo homogêneo cujos elementos são interdependentes e cuja apreensão permite perceber o sentido dos acontecimentos em sua complexidade, graças à visão de mundo das pessoas que compartilham essa cultura.¹¹

Para além disso, devemos pontuar que a cultura política é um fenômeno plural, cujas raízes tanto filosóficas, quanto históricas são distintas. Esta distinção está principalmente na pluralidade das concepções de poder. Têm-se, por exemplo, um conjunto de partidos, teremos também culturas políticas diversas entre estes partidos. Estes partidos atendem por sua vez, camadas distintas da sociedade, camadas estas que também são possuidoras de diversas culturas políticas. Potencialmente, o partido que reúna em si uma cultura política que seja semelhante à cultura política da maior parte da sociedade, é o maior partido.

A cultura política é um fenômeno evolutivo. Assim como a natureza das coisas muda, se atualiza, se torna algo moderno por uma necessidade do tempo, o mesmo ocorre com a cultura política. Como reflete Berstein, se pensarmos que o fenômeno político surge em resposta a um problema de grande importância, ou mesmo por inconformidade com a política vigente, observamos que há sempre a necessidade do novo na cultura política. É evidente, como o próprio conceito de cultura sugere, que haverá permanências na cultura política que surge, mas ao passa que uma nova surge, as outras culturas políticas que coexistem devem se atualizar. Pode acontecer que dada cultura política seja marginalizada, mas ela nunca deixará de existir por completo.

O conjunto de representações que constitui uma cultura política sempre reage a alguma exigência profunda, permanentemente presente no corpo social, e o conjunto de elementos interdependentes de que ela é formada oferece uma grade de leitura correlacionada com tais exigências. [...] os tempos da história são múltiplos, e as culturas políticas pertencem

¹¹ BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e historiografia. In AZEVEDO, Cecília, ROLLEMBERG, Denise (orgs.) Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 32.

simultaneamente ao tempo longo da tradição e ao tempo curto do fato presente.¹²

Ângela de Castro Gomes, assim como Bernstein, destaca que a cultura política é tanto um fenômeno individual profundamente interiorizado, quanto um fenômeno coletivo, base da identidade de um grupo. É individual ao passo que é resultante de todo processo cultural em que o indivíduo se desenvolveu. Temos aqui uma das grandes chaves do estudo da história política para a história: o conjunto de confluências culturais pelas quais passa o indivíduo, são capazes de determinar os comportamentos políticos de dado indivíduo. “Uma vez feitas as escolhas individuais, o indivíduo se vale de suas experiências anteriores para julgar os fatos novos, sem precisar refazer as etapas de sua trajetória, analisando pela ótica adquirida as situações novas.”¹³

Dentro do conceito de cultura política no coletivo, devemos lembrar que a atividade política se dá na pluralidade, e esta é composta por uma série de indivíduos. É a cultura política que leva determinado indivíduo a se unir a um grupo, a compartilhar de seus ideais, seus objetivos e suas esperanças. Ao utilizarmos a cultura política como chave de análise, podemos portanto, “aprofundar a compreensão de comportamentos políticos sumamente complexos, situando-os no próprio cerne das representações e realidades sociais.”¹⁴

Se a Cultura Política nos permite um estudo mais profundo da história do político, a História dos Conceitos permite um alargamento do nosso entendimento em relação à própria maneira de se escrever a história. O tempo, como nos instrui Marcelo Jardim na apresentação de *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*, na obra de Koselleck não pode ser visto como algo dado, mas sim como uma “construção cultural que, em cada época determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e experimentado como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como horizonte de expectativas”¹⁵, propondo que a história não seja tão somente um amontoado de fatos que se seguem, mas podendo-se investigar sua própria historicidade.

¹² BERNSTEIN, Serge. Culturas Políticas e historiografia. In AZEVEDO, Cecília, ROLLEMBERG, Denise (orgs.) Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 41.

¹³ Ibid., p. 42.

¹⁴ BERNSTEIN, Serge. Culturas Políticas e historiografia. In AZEVEDO, Cecília, ROLLEMBERG, Denise (orgs.) Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 44.

¹⁵ JASMIN, Marcelo Gantus. Apresentação. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. 1ª Ed. Rio de Janeiro. PUC, 2011. p. 10.

A base inicial da história dos conceitos é a investigação filológica, além de recursos da história da filosofia e da hermenêutica, sendo usada inicialmente por Otto Bruner como uma forma de se questionar a validade de algumas teses de bases jurídicas e liberais acerca do fim do período medieval. Tal conjunto historiográfico pressupunha um passado parecido somente por dispor do mesmo conjunto de expressões¹⁶.

A grande contribuição de Koselleck, foi, nesse sentido, a de compor um quadro ainda mais extenso, baseando-se na historicidade dos conceitos, no pensamento sócio-político ao passo que articula ambas as formas com a compreensão hermenêutica¹⁷. Dessa maneira, há, assim como em John Pocock e Quentin Skinner uma ideia bastante contextualista sobre a organização da história, no que tange tanto a historicidade dos conceitos, quanto o pensamento sócio-político.

Skinner, ao publicar em 1969 *Meaning and understanding in the history of ideas*, faz pesadas críticas

[...] contra várias tradições da história das ideias políticas, acusando-as principalmente de incorrerem no erro comum do anacronismo, ou seja, de imputarem a autores e obras intenções e significados que jamais tiveram, nem poderiam ter tido, em seus contextos originais de produção.¹⁸

O texto critica abertamente autores considerados clássicos, na verdade, mais atrapalham do que ajudam a percepção de tempos passados¹⁹. O importante, tanto para Skinner - quanto para Pocock, é perceber como se produzem os significados. Em Skinner, essa busca se dá através dos entendimentos construídos através dos

¹⁶ JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 20. No. 57. São Paulo. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a02v2057>>. Acessado em: 15 ago 2016.

¹⁷ BENTIVOGLIO, Júlio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. **Revista Dimensões**. Vol. 24, Vitória. 2010. Disponível em: < www.publicacoes.ufes.br/dimensoes/article/download/2526/2022 >. Acessado em: 29 jul 2016.

¹⁸ JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 20. No. 57. São Paulo. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a02v2057>>. Acessado em: 15 ago 2016.

¹⁹ SKYNER, Quentin. *Meaning and Understanding in the History of Ideas*. **History and Theory**. Vol. 8. No. 01. Middletown. 1969. Disponível em: <<http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic1121766.files/Skinner%20Meaning%20and%20Understanding%20in%20the%20History%20of%20Ideas.pdf>>. Acessado em 20 ago 2016.

atos de fala “a partir da definição de contextos e significados compartilhados, ou seja, mediante certas normas e convenções”²⁰.

A maneira de Koselleck, porém, não se baseia nos discursos, nos contextos discursivos, ou atos de fala, mas sim nas próprias palavras e sua historicidade. Nesse movimento, a História Conceitual é:

[...] antes de tudo, um método especializado da crítica textual exigido pela necessidade de compreender o significado pretendido de palavras em sua configuração para os contemporâneos [...]. Como tal, ela contribui para o estudo da história social e política e depende, por sua vez, de uma clara compreensão do contexto social e político²¹.

As movimentações da História dos Conceitos operam tanto em sentido sincrônico, ao investigar os conceitos em seu período de uso e elaboração, quanto diacrônico, relacionado aos diversos movimentos e articulações ao longo da história. Continuidades e mudanças nos conceitos são temas centrais na maneira de se investigar a história, uma vez que “a história dos conceitos põe em evidência, portanto, a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes. Com isso ela ultrapassa a alternativa estreita entre a diacronia e a sincronia”²².

Dessa maneira, o que se pretende analisar é menos uma mudança do ponto de vista filológico da língua ou do conceito de coronel, mas sim entender o coronel e o coronelismo como conceitos que estão em disputa. As tais articulações – mandonismo, clientelismo, patrimonialismo, paternalismo, são por essa forma de articulação, conceitos que não apenas reivindicam o coronelismo e o coronel para si, como também modificam seu sentido e entendimento. Para isso, nos organizaremos da seguinte maneira – o que significa “coronel” ao ser articulado com base em determinado referencial, e o que significa “coronelismo”.

É importante acrescentar que essa disputa não reduz os conceitos a este ou aquele vitorioso, mas ocasiona um alargamento na compreensão sobre o coronelismo.

²⁰ JASMIN, Marcelo G. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 57, 2005

²¹ BENTIVOGLIO, Júlio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. **Revista Dimensões**. Vol. 24, Vitória. 2010. Disponível em: < www.publicacoes.ufes.br/dimensoes/article/download/2526/2022 >. Acessado em: 29 jul 2016. p. 118.

1.2. O Brasil nos Últimos Anos do Império

Como vimos no primeiro capítulo, não há durante a primeira república um reconhecimento desse ou daquele fenômeno como motor do processo de desenvolvimento do sistema político. Fala-se sobre a importância do exército, exalta-se a figura dos militares, reduz-se a figura do imperador. Com o aparecimento da figura dos coronéis, porém, essa fórmula será alterada. Percebamos como se desenvolve a percepção da história primeiro-republicana utilizando-se como conceito fundamental a figura do coronel.

Os últimos anos do Império foram de certa forma, carregados de um esforço duplo. Se por um lado temos a verve da mudança e do progresso, temos também o esforço sempre presente e no sentido contrário da manutenção. Enquanto existe a vontade crescente pela República por alguns, há também o esforço da manutenção do *status quo* por outros. Modernização e manutenção talvez nunca tenham sido disputas tão centrais quanto nos últimos anos do Império.

Essas mudanças dão-se tanto no plano social, quanto político ou econômico. Do ponto de vista da sociedade, por exemplo, há um grande alargamento populacional. As ondas de imigrantes recebidas na segunda metade do XIX, modificam muito o peso das províncias ao sul do Império, e como explicaremos mais à frente, se não é suficiente para grandes mudanças, o contingente populacional pode ser encarado como forte agente desagregador. Se em 1822, eram cerca de 3,8 milhões de brasileiros, em 1872, seriam cerca de 10 milhões de habitantes. Outro dado importante a se medir, a população escrava, foi progressivamente reduzida. Em 1822, cerca de 50% da população estava agrilhoadada. Em 1872, o número era correspondente a 15,8% da população total, e em 1888, apenas 5%. Por último, mas não menos importante, no ano da Independência, 65% da população escrava brasileira se concentrava nas zonas do açúcar no Nordeste. Em 1882, 35% da população cativa encontrava-se no Nordeste, contra 65% nas províncias produtoras de café²³.

²² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. 1ª Ed. Rio de Janeiro. PUC, 2011.

²³ COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma (1870-1889). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 708.

No período entre 1822 e 1889, a quantidade de imigrantes que chegou ao país foi consideravelmente menor, quando comparada, por exemplo, com a Primeira República. Nesse

sentido, o dado que mais se destaca é a quantidade de imigrantes em São Paulo. Em 1872, compunham apenas 8% da população. Em 1890, essa quantidade era de 22% e cresceria ainda mais, como veremos mais à frente²⁴. Progressivamente, após a independência, o café começou a crescer como produto exportado. Embora a qualidade do produto nacional fosse relativamente baixa, a falta de cuidados intensivos na produção resultava em um produto de preço mais baixo nos mercados externos²⁵.

Comparativamente, se em 1830, exportava-se 60 mil toneladas do grão anualmente, em 1871, eram 216 mil toneladas. A quantidade apenas cresceria. Após 1872, a estrada de ferro chega à Campinas, no interior paulista e a área plantada de café se estende progressivamente. Em 1901, seriam exportadas 888 mil toneladas. Entre 1925 e 1929, as exportações de café seriam responsáveis por 71% dos ganhos no comércio exterior²⁶. Como veremos mais à frente, as terras paulistas são ideais para a produção cafeeira, e a exportação do produto está diretamente ligada à duas consequências diretas: a primeira, é a insatisfação da província durante o segundo reinado; a segunda, à preponderância do Estado perante a nação durante a Primeira República.

Se compararmos com o outro produto de exportação, o açúcar, os números do café saltam os olhos. Enquanto a exportação cafeeira cresce 341%, ao longo da segunda metade do século XIX, a produção açucareira cresce apenas 33%²⁷. A explicação para tal fenômeno é que, enquanto o café só é produzido nas zonas tropicais e em alguns tipos de solo, o açúcar do Nordeste brasileiro passou a competir diretamente com o produto europeu, produzido com base na beterraba e protegido pela tecnologia das indústrias. Se em 1850, o Brasil era responsável por

²⁴ COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma (1870-1889). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 709.

²⁵ DEAN, Warren. A Economia Brasileira (1870-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 670.

²⁶ DEAN, Warren. A Economia Brasileira (1870-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 670.

²⁷ COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma (1870-1889). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 719.

expressivos 10% da produção açucareira mundial, por volta de 1810, a participação nacional não chegava a 0,5%²⁸.

Outros produtos compunham o quadro de exportações nacionais. A borracha teve um curto, porém próspero momento na economia do Amazonas. Em 1880, era o segundo produto mais exportado do país. Embora a produção não fosse tão grandiosa quanto a do café (em 1870, foram exportadas 6.591 toneladas de látex, produção que em 1911, atingiria 38 547 toneladas), o preço nos mercados internacionais era bastante atrativo. De 45 libras por tonelada em 1840, em 1911 eram 512²⁹. A esse respeito, veremos adiante, o ciclo da borracha absorve boa parte da mão de obra do Nordeste, uma vez que o açúcar está em declínio, mas não duraria muito. A Malásia e as Índias Orientais Holandesas passam a competir com o Brasil, e no pós-Primeira Guerra Mundial, o produto perde relevância na economia nacional.

Do ponto de vista político, como afirma Emília Viotti da Costa³⁰, a organização inicial do Império baseava-se em dois eixos centrais: o primeiro, o desejo das elites rurais em se manterem no poder e o segundo, a forte centralização do poder nas mãos do Imperador. Ambos os eixos se complementam para a sustentação do império brasileiro.

Sobre o primeiro, não é difícil pensar as articulações necessárias. Uma sociedade escravista, de base agroexportadora, tem como necessidade principal a manutenção do tráfico negreiro, tanto quanto da própria escravidão.

O segundo, mais relacionado ao nosso trabalho, é, pois, crucial para pensarmos alguns desdobramentos do período republicano. O Estado está nas mãos do imperador, cujos poderes foram organizados e distribuídos pela constituição de 1824, que garantia em teoria controle supremo sobre o executivo imperial. Cabe ao imperador a nomeação e promoção de todo aparato burocrático imperial, seja ele civil ou militar.

Fora isso, é ele também quem aprova as leis que passam pelos parlamentares e distribui os recursos necessários à administração do país, além de aceitar ou recusar as bulas papais através do poder reunido pelo padroado régio.

²⁸ DEAN, Warren. A Economia Brasileira (1870-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 671.

²⁹ Ibid., p. 672.

³⁰ COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma (1870-1889). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 716.

Entre essas prerrogativas adicionais, tinha a liberdade de escolher e exonerar seu primeiro-ministro independentemente do parlamento, suspender, prorrogar e dissolver a Câmara dos Deputados, convocando novas eleições. Tinha o direito ainda de nomear os membros do Conselho de Estado e de escolher cada senador de uma lista de três candidatos que houvessem recebido maior número de votos numa eleição senatorial.³¹

Mesmo apontando os componentes do Conselho de Estado, as decisões do imperador dependem desse órgão administrativo, e como ressalta Emília da Viotti da Costa³², nem sempre Conselho e o monarca estão em consenso, fazendo com que por vezes, as questões problemáticas que se referem à disputa entre liberais e conservadores, que atrasam o desenvolvimento imperial recaiam sobre o imperador.

Quem governa o país na prática é a oligarquia, ao passo que quem recebe o ônus da administração retrógrada ou destituída de prática é o monarca. O caso mais claro relaciona-se às dissoluções da Câmara. Entre 1840 e 1889, foram onze vezes. Toda vez que a medida foi tomada, as composições se alteraram, de liberais para conservadores e vice-versa, e junto com essas alterações, o próprio balanço do poder, entre o imperador e suas bases foi alterado, fazendo com que o prestígio imperial diminui.

À nível de representatividade, outra forma que poderia sustentar as bases do império, a população votante era mínima. Somente homens, acima dos 25 anos, cuja renda anual atingisse os 100 mil-réis poderia ser considerada votante. A cada 100 domicílios votantes, aponta-se um eleitor. Cada eleitor precisava de renda igual ou maior do que 200 mil-réis, como elucida José Murilo de Carvalho³³. Em 1872, havia no Brasil, cerca de 200 mil eleitores, em uma população próxima aos 10 milhões de pessoas. Estavam evidentemente excluídos todos os escravos, as mulheres e a maior parte dos serviçais domésticos.

Essa situação se agravaria com as reformas de 1881. Alçadas em uma Câmara composta exclusivamente por liberais, a nova legislação eleitoral excluiu os chamados votantes, tornando criando eleições diretas, ao mesmo tempo que

³¹ COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma (1870-1889). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 716.

³² Ibid., p. 717.

³³ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002. p. 30.

ampliou a necessidade censitária para 200 mil-réis, além de tornar o voto facultativo e proibir os analfabetos de votarem³⁴.

As consequências logo se refletiram nas estatísticas eleitorais. Em 1872, havia mais de 1 milhão de votantes, correspondentes a 13% da população livre. Em 1886, votaram nas eleições parlamentares pouco mais de 100 mil eleitores, ou 0,8% da população total. Houve um corte de quase 90% do eleitorado. O dado é chocante, sobretudo se lembrarmos que a tendência de todos os países europeus da época era na direção de ampliar os direitos políticos. A Inglaterra, sempre olhada como exemplo pelas elites brasileiras, fizera reformas importantes em 1832, em 1867 e em 1884, expandindo o eleitorado de 3% para cerca de 15%. Com a lei de 1881, o Brasil caminhou para trás, perdendo a vantagem que adquirira com a Constituição de 1824.³⁵

A quantidade mínima de eleitores permitiu a expansão e o estabelecimento de redes clientelísticas como nunca antes havia se observado. Richard Graham³⁶ nos leva para esse sentido, traçando como funcionários eram substituídos de uma hora para outra para que determinado partido garantisse representatividade em determinada região. Ou ainda, demonstrando como o Brasil possuía uma grande população votante (cerca de 50% da população livre antes de 1881) quando comparado a outros países no mesmo período (Inglaterra 7%, Portugal 9%, Holanda 2,5%, Itália 2%) e ainda assim, essa representatividade mostra-se vazia.

Economicamente, entre 1821 e 1830, segundo dados do Ministério da Fazenda³⁷ o café era responsável por 18,4% dos valores arrecadados com exportação no país, enquanto o açúcar detinha 30,1%. Conforme o segundo reinado avança, as arrecadações com o café se ampliam. No decênio 1851-1860, o café é responsável por 48,8% das arrecadações, e entre 1881 e 1890, seria responsável por 61,5%, enquanto ao açúcar restam apenas 6,6% das arrecadações comerciais brasileiras. O açúcar era produzido durante o primeiro e segundo reinado principalmente nas regiões do nordeste do Brasil, enquanto o café era produzido maiormente na região sudeste.

³⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002. p. 30.

³⁵ Ibid., p. 39.

³⁶ GRAHAM, Richard. Clientelismo na cultura brasileira – Toma lá dá cá. **Braudel Papers**. p. 03-12. Disponível em: <http://pt.braudel.org.br/publicacoes/bradel-papers/downloads/portugues/bp15_pt.pdf>. Acessado em 03 ago. 2016.

³⁷ DEAN, Warren. A Economia Brasileira (1870-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 670-675.

A mudança no panorama econômico do império não significou de imediato uma mudança no panorama político.

O crescimento econômico e o aumento demográfico acabaram com essa correspondência e, no final do Império, as novas elites econômicas, concentradas em algumas províncias prósperas, perceberam que suas províncias estavam sub-representadas. Desde o início, a maior delegação, com vinte representantes, era a de Minas Gerais, a antiga região de mineração de ouro e a província mais populosa; São Paulo tinha nove, o Ceará e o Rio de Janeiro, oito cada. No fim do Império, Minas continuava a ter o maior número de representantes e a maioria das outras províncias tinham aumentado sua representação, com exceção de São Paulo, embora fosse a província mais rica do país graças a produção cafeeira.³⁸

Os problemas relativos à representação tornam-se cada vez mais intoleráveis a medida em que as províncias se distinguem umas das outras. Viotti da Costa oferece-nos outros dados para pensarmos sobre a articulação política do segundo reinado. Relativo aos primeiros ministros do Império, entre 1847 e 1889, foram 30, onze da Bahia, cinco de Minas Gerais, cinco de Pernambuco, quatro do Rio de Janeiro, dois de São Paulo, dois do Piauí e um de Alagoas. Em relação aos membros do gabinete, ou seja, os demais ministros ao redor do Imperador, temos cinquenta e sete da Bahia, quarenta e sete do Rio, trinta e cinco de Minas, e vinte e nove de Pernambuco. São Paulo, Pará e Rio Grande do Sul quase não são representados. Em um governo onde o erário régio concentra 80% das arrecadações, contra 16,7% das províncias e 2,5% dos municípios, fazer-se representado é não só necessário, como crucial.

Sobre o governo nas províncias, há uma convergência entre Emília Viotti da Costa e Victor Nunes Leal³⁹. Quando há a mudança nos gabinetes entre liberais e conservadores, todo o aparato de governo é modificado. Liberais perseguem conservadores, e esses perseguem aqueles quando estão no poder. Modificam-se os presidentes de província, que por sua vez escolhem “os chefes de polícia, os

³⁸ COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma (1870-1889). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 719.

³⁹ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto** – O município e o regime representativo no Brasil. 3ª Ed. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1978.

juízes, os chefes da Guarda Nacional e o comandante do exército”⁴⁰. Todos esses, quando estão em acordo, observa Viotti da Costa, conseguem caminhar com a administração pública, ao passo que são indiretamente controlados pelo poder central. O problema está no desacordo.

Caso exista algum descompasso entre os do aparato administrativo e as elites locais, não há a possibilidade de uma governança. É essa instabilidade, identifica a autora, que engendra nas províncias um desejo federalista muito grande. É essa mesma instabilidade, que em Leal, garantirá o não aparecimento do coronelismo antes do período republicano.

De um momento histórico tão conturbado quanto o fim do Império, no qual as disputas pelo poder central e local colocam-se tanto em discussão, com tantas mudanças como, a ampliação do contingente populacional durante o segundo reinado, a imigração massiva de europeus para o Brasil, e se não a concentração dos poderes nas mãos do imperador, ao menos a concentração das decepções políticas na figura imperial, além falta de representatividade junto às massas, a criação de redes extensas e intensas de clientela. Não é difícil pensarmos no surgimento de um desejo de reformas.

Em 1864, forma-se a Liga Progressista, composta por dissidentes conservadores, como o Marquês de Olinda, Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Paranaguá, Zacarias de Góes e Vasconcelos, Sinimbu e Saraiva, Além de Nabuco de Araújo. Unidos aos liberais, o programa proposto pelos Progressistas incluía uma série de reformas, entre elas a “descentralização, reforma eleitoral, reforma do sistema judiciário, um novo Código Civil e mudanças no código comercial, especialmente nas partes relativas às sociedades anônimas e à falência”⁴¹. O desejo crescente pela mudança tem de esperar, uma vez que em 1865 inicia-se a Guerra do Paraguai.

Enquanto as mudanças não ocorrem, de dentro do próprio Partido Liberal, surge um grupo mais radical, com ideais conflitantes, que desestabilizam os liberais. Em 1868, o imperador substitui seu gabinete liberal por um conservador, mas o sentimento de revolta estava em alta, e os liberais passaram a criticar abertamente o

⁴⁰ COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma (1870-1889). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 721.

⁴¹ Ibid., p. 733.

governo e o imperador. Desses revoltosos, há a formação de dois grupos. O primeiro, o dos reformistas, liderado por Nabuco de Araújo, demandando

[...] descentralização, autonomia do judiciário, criação de um sistema de ensino mais independente do Estado, a transformação do Conselho de Estado em um órgão exclusivamente administrativo, a abolição da vitaliciedade do Senado, eleições diretas, a criação do Registro Civil, a secularização dos cemitérios, liberdade religiosa, a extensão do direito de voto aos não católicos, e a emancipação progressiva dos escravos. O manifesto terminava com uma ameaça: “Ou Reforma ou Revolução”, seguida de uma observação conciliatória “Reformem e o país será salvo.”⁴²

Os pedidos de mudança dos moderados foram vistos como insuficientes pelos radicais. O Poder Moderador, a Guarda Nacional, o Conselho de Estado e a Escravidão deveriam ser abolidos. O governo deveria ter maior representatividade democrática. Presidentes de província e chefes de polícia deveriam ser eleitos por sufrágio universal e eleições diretas. Ao governo central, caberia tão somente a aplicação da justiça, recolher os impostos e manter a ordem, zelando pelo patrimônio dos indivíduos, constituindo-se um Estado liberal.⁴³

Em 1870, é fundado o Partido Republicano no Rio de Janeiro, partido que lança seu jornal, de nome *A República*, idealizando a criação de uma Convenção Nacional com poderes de mudar o governo imperial. O ponto importante, é que a criação de um partido republicano despertou a simpatia de vários outros grupos.⁴⁴

Muitos dos grupos nacionais sentiram-se representados pelas mudanças propostas. Professores, juízes e burocratas, pela possibilidade de não depender das incertezas da política imperial. O clero e os militares, pela possibilidade de verem-se livres da interferência direta do imperador em suas instituições (ressaltemos que é prerrogativa imperial aceitar ou negar as bulas papais, e também, indicar e promover oficiais). Fazendeiro progressistas e as elites das províncias também, ambos pela expectativa de poderem gerir a política local de uma maneira mais direta.

Como o imperador encarna os defeitos do Estado, a reforma contenta a boa parte da camada política. Liberais e Conservadores concordam com certas reformas

⁴² COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma (1870-1889). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 733.

⁴³ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

⁴⁴ Ibid.

menos radicais. O próprio imperador concorda com a necessidade de reformar a política.

Para Emília Viotti da Costa, o apoio revelado pelo imperador a algumas das causas reformistas ampliou a necessidade da reforma. Evidentemente, questões mais conservadoras e tocantes ao poder imperial não eram contempladas pelas mudanças imperiais.

O desejo de reforma, assimilado por tantos grupos diferentes, provavelmente influenciou diretamente algumas reformas acerca da escravidão. “Nenhum outro acontecimento da nossa história teve talvez repercussão tão profunda”⁴⁵, disse Caio Prado Jr. em 1933. Legislações sobre o tema não eram novidade. A primeira, um tratado de 3 de novembro de 1826, apontando uma data limite para o fim do tráfico negreiro, marcado para se estabelecer em um prazo de dois anos, culminou na lei de 7 de novembro de 1831 (relativamente atrasada, para que não se perca o costume). A nova lei nasceu sem validade. Pior que isso, agravou a situação do tráfico negreiro, que se intensificou. Pressionado pela Inglaterra, o país continuou sem uma legislação eficaz até 1850, quando Eusébio de Queirós conseguiu de fato suprimir o tráfico negreiro⁴⁶.

Leis sobre a progressiva abolição da escravatura pulularam no período. Mais do que a briga entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, as discussões caminharam quase sempre no sentido pessoal. Não há partido da causa abolicionista, e gabinetes liberais ou conservadores que se sucedem querem apenas continuar governando.⁴⁷

Em 1867, o imperador defende em um discurso, a progressiva abolição. Em 1866, os escravos pertencentes ao Estado, que participaram da Guerra do Paraguai foram abolidos. Em 1869, uma lei proíbe o leilão de escravos, bem como a separação das famílias. Em 1870, Nabuco de Araújo aprova a soma de mil contos de réis junto ao orçamento do Senado para a causa abolicionista⁴⁸. A pressão pelo fim da escravidão aumenta, e durante a gestão do Barão do Rio Branco (como chefe

⁴⁵ PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil**. Colônia e Império. 14ª Ed. São Paulo. Brasiliense, 1985. p. 90

⁴⁶ Ibidem., p. 93.

⁴⁷ COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma (1870-1889). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008.

⁴⁸ Ibid., p. 735.

do Conselho de Estado, entre 1871 - 1874), um conservador, talvez o mais importante dos temas é levado à discussão.

(...) Rio Branco apresentou à Câmara, em 1871, um projeto de lei no qual propunha a emancipação dos filhos de mães escravas. Durante os debates, os interesses regionais prevaleceram sobre as fidelidades partidárias. Foram os representantes das zonas cafeeiras os principais opositores do projeto. Falaram de falência, de desordem social, de caos político, dos perigos de uma rebelião de escravos. Chegaram a argumentar que o projeto era prejudicial aos escravos pois dividiria as famílias e geraria a discórdia entre eles. E não se esqueceram de fazer as clássicas observações sobre a benevolência dos senhores e as boas condições de vida dos escravos em relação às dos trabalhadores nas sociedades industriais. Mas o argumento mais importante contra o projeto foi que ele violaria o direito de propriedade. Alguns chegaram ao extremo: acusaram o projeto de ser uma invenção comunista. (...) finalmente, apesar da forte oposição, a medida foi aprovada na Câmara por 65 votos contra 45. A lei foi promulgada em 1871, após sua aprovação no Senado por 33 votos a 7.⁴⁹

Mesmo com essas mudanças, os ideais republicanos cresciam. Se em 1870, o primeiro núcleo do jornal *A República* (ou seja, o próprio Partido Republicano) contava com apenas 30 membros, em menos de doze meses, o jornal estaria circulando entre o Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Nessas províncias, em 1889, localizavam-se 79% dos jornais e 89% dos clubes republicanos⁵⁰.

Excetuando-se São Paulo, como aponta José Murilo de Carvalho⁵¹, no geral os partidários do republicanismo têm origens urbanas. No caso específico dos paulistas, a maioria dos membros do partido eram também fazendeiros. Mesmo quando eram advogados por formação, ou médicos, ou donos de casas de comércio, de modo geral tinham associação com o trabalho rural. À exemplo, em 1873, no primeiro congresso republicano de grande monta em São Paulo, haviam 133 delegados, dos quais 76 declararam-se agricultores.

Muitos desses membros da elite agrária do país formaram-se bacharéis pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, reduto republicano e abolicionista no período. Para além da formação progressista, há um outro elemento que

⁴⁹ COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma (1870-1889). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 736.

⁵⁰ Ibidem., p. 750.

⁵¹ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem. Teatro das Sombras**. 4ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

costumeiramente modifica o equilíbrio da roda da Fortuna: a opulência da riqueza dos cafeicultores paulistas. Em 1877, por meio do Partido Liberal, foram eleitos três republicanos para a assembleia da província. Em 1884, dessa vez aliados ao Partido Conservador, elegeram dois representantes para a Câmara, ambos, políticos de grande monta durante o período republicanos – Prudente de Moraes e Campos Sales, que viriam a ser os dois primeiros presidentes civis do Brasil.

No caso mineiro, os clubes republicanos não se uniram em um partido até às vésperas da Proclamação da República, embora um fenômeno curioso tenha ocorrido em Minas Gerais⁵² - redes de amizade, parentela, apadrinhamento entre homens que se diziam republicanos, atraindo os votos de monarquistas. No ano de 1888, um terço dos eleitores de Minas votou em candidatos republicanos para o Senado, mesmo ano em que foi criado o Partido Republicano de Minas (PRM).

No caso do Rio de Janeiro, coração administrativo do Império, mesmo sendo base de surgimento do republicanismo, não havia muito espaço para seu crescimento. Os republicanos nessa província se aproximam muito dos militares e profissionais liberais. Em 1887, o partido obteve um sétimo dos votos totais para o Senado, e um quinto dos votos para a assembleia provincial⁵³.

No Rio Grande do Sul, o partido se organizou formalmente em 1882. Em 1886, há pela primeira vez, a eleição de um republicano para assembleia da província. No caso gaúcho, os principais apoiadores do republicanismo eram os estrangeiros, normalmente pequenos proprietários, que não se sentiam bem articulados com as políticas voltadas aos grandes latifundiários do Império. Como o Rio Grande do Sul estava mais voltado para o abastecimento do mercado interno, era bastante natural a presença dos pequenos produtores⁵⁴.

Os diversos partidos republicanos que surgiram ao longo do período final do Império possuíam características bastante diversas entre si, ao mesmo tempo que atuam de maneira bastante diversa em relação aos detentores do poder mais próximos ao imperador. Se até 1878 apoiaram os Liberais na oposição aos Conservadores, que estavam no poder, no retorno dos Liberais ao Poder no mesmo

⁵² COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma (1870-1889). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 751.

⁵³ Ibid., p. 752.

⁵⁴ Ibid., p. 752.

ano, se aproximaram mais dos Conservadores, sempre como espécie de contraponto ao governo central.

Dos elementos que uniam os interesses dos republicanos, destaca-se os seguintes desejos:

Autonomia provincial, um sistema bicameral de governo, onde o Executivo seria um instrumento do Legislativo, sufrágio universal, liberdade de consciência, de trabalho, de imprensa e de educação, separação entre a Igreja e o Estado, abolição dos privilégios e dos títulos de nobreza, garantia da propriedade privada e revogação do sistema de recrutamento para a Guarda Nacional. De todas essas questões, a mais importante era a federação⁵⁵.

Nesse sentido, a província mais insatisfeita era sem sombra de dúvidas a de São Paulo. Como descrito anteriormente, São Paulo reunia nos últimos anos do Império, um conjunto curioso de antinomias. Era responsável pela maior parte da produção de café do país, o produto exportado com maior valor de revenda nos mercados externos, ou seja, possuía grande poder econômico, ao mesmo tempo em que detinha pouco poder político. Proporcionalmente, em 1881, após a reforma eleitoral, mesmo possuindo nove deputados junto à Câmara, cada um deles representava mais que o dobro da população do Espírito Santo, que possuía dois deputados, e quase três vezes a população do Amazonas, que também elegiam dois deputados⁵⁶.

A província de São Paulo não apenas sentia-se insuficientemente representada, como também sobretaxada. O governo central, localizado no Rio de Janeiro, ao concentrar toda a arrecadação, tinha como fonte de um sexto de sua renda as taxas paulistas. Cerca de vinte mil contos de réis, contra uma devolução administrativa de três mil contos⁵⁷.

No Senado, a quantidade de cadeiras por província não era fixa, ou seja, ao contrário de hoje, não havia a preocupação em se manter uma estabilidade política entre os diversos. Fora isso, o Conselho de Estado pouquíssimas vezes acolheu um paulista ao longo do segundo império, e como corolário das indignações, por muitas vezes o presidente da província de São Paulo não era Paulista⁵⁸.

⁵⁵ COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma (1870-1889). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 754

⁵⁶ Ibid., p. 754.

⁵⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 9ª Ed. São Paulo. Unesp, 1998.

⁵⁸ COSTA, op. cit., p. 755.

Além dos paulistas, e de todas essas manifestações políticas do ponto de vista civil, desde a Guerra do Paraguai (1864-1870), parte das forças armadas do Brasil estão insatisfeitas. Wilma Peres Costa⁵⁹ cita as várias possíveis interpretações para o fenômeno. A primeira, de Joaquim Nabuco, por exemplo, uma espécie de espírito republicano platino teria influenciado diretamente as tropas nacionais, tanto quanto a sensibilização ao problema que a escravidão representava, teriam reduzido a disciplina das tropas nacionais.

A segunda⁶⁰, de Oliveira Viana, é bem diferente: toda guerra causa naturalmente certo descontentamento entre as tropas, e é desse descontentamento que se aproveitam os políticos civis. Ainda em Viana, outro fator seria o crescimento de uma espécie de consciência militar, na qual, eles, que lutaram em nome da pátria, seriam melhores que os civis, que não haviam arriscado nada.

Acercando-se do fim do Império, o Partido Republicano foi se aproximando cada vez mais do Exército. Profundamente insatisfeitos com a baixa representatividade junto à política monárquica e ao mesmo tempo, muito prestigiados pela mídia, os militares sentiam-se muito pouco valorizados pelo Império. É a aproximação com o Exército que confere a força necessária à República para que germine⁶¹.

O 15 de novembro de 1889 é, por fim, um momento de ruptura e desagregação pelo impulso de mudança e desejo de autonomia de diversos setores da sociedade. A elite agrária de São Paulo, desejosa de maior representação, alia-se aos militares, uma das facções mais insatisfeitas com o antigo regime.

O último decênio do Império é de completa decomposição. Arrastado *malgré soi*, ia cedendo em doses homeopáticas; mas com isto desgostava gregos e troianos: uns porque fazia de menos; outros, porque fazia demais. A Abolição afinal decretada em 1888, em nada contribuiu para reforçar as instituições vacilantes: confiança perdida dificilmente se recupera, e por isso serviu a Abolição apenas para alienar do trono as últimas simpatias com que se contava. Quando Ouro Preto pensou galvanizar o Império moribundo com seu imenso programa de reformas, era tarde: ele já agonizava. Uma simples passeata militar foi suficiente para lhe arrancar o último suspiro...⁶²

⁵⁹ COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles**. São Paulo. Unicamp, 1996.

⁶⁰ Ibid., p. 267.

⁶¹ VIANNA, Oliveira. **O ocaso do império**. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Academia Brasileira de Letras, 2006.

⁶² PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil**. Colônia e Império. 14ª Ed. São Paulo. Brasiliense, 1985. p. 102

1.3. O Brasil nos Primeiros Anos da República.

Estabelecidas as mudanças desejadas ou as continuidades aplicadas, descortina-se um sistema totalmente novo, ao menos no que concerne ao nome. A República, sonho em nome do federalismo para muitos, instala-se articulada em sua base pelos mesmos pontos da articulação imperial.

Como vimos, algumas mudanças destacam-se no quadro da república, como o maior número de imigrantes nos estados das regiões Sul e Sudeste, além da importância e do destaque do café no cenário político/econômico/social. O fim legal da escravidão, as mudanças sobre o voto, demonstram novas realidades.

Bóris Fausto⁶³ nos lembra sobre a formação do primeiro reinado - uma coalizão formada com bases no apoio de burocratas, de proprietários rurais do Rio de Janeiro, de Pernambuco e da Bahia, além de comerciantes das principais cidades da colônia, todos esses, ansiando combater o perigo da desfragmentação causada pela agitação política e social do meio urbano, cujo resultado foi a centralização do poder, tanto administrativo, quanto político.

Em contrapartida, continua o autor, o ocaso desse sistema, surgido nos princípios do XIX, ocorre nas últimas décadas do mesmo século. A oposição que se cria é justamente a esse sistema centralizador. Novas classes sociais, principalmente a burguesia cafeeira paulista, buscam maior autonomia, maior independência para desempenhar as novas atividades. Autonomia em contrair empréstimos, criar a própria política de imigração, arrecadar impostos, criar sua própria força militar.

Os desejos do sistema político recém-formado estão profundamente ligados aos ressentimentos em relação ao momento político anterior, ao mesmo tempo em que não se superam questões que também incomodavam durante o Império, como as disputas dos poderes locais, que ver-se-ão despojadas do centro articulador e poderão manifestar-se com maior liberdade, liberdade essa que carrega em si o ocaso do primeiro momento da República, entretanto, nos dedicaremos mais à essas tendências em breve.

⁶³ FAUSTO, Bóris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República (1889-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 770.

Ao longo dos primeiros trinta anos da República várias mudanças aconteceram. Do ponto de vista populacional, por exemplo, a população brasileira quase dobrou, aumentando de 14,3 para 27 milhões de habitantes⁶⁴, crescimento esse que está associado tanto ao crescimento natural da população brasileira quanto à entrada de imigrantes no Brasil. Em comparação, entre 1891 e 1915, entraram no país cerca de 1,5 milhão de imigrantes, em sua grande maioria italianos, que se instalaram principalmente nas regiões de produção de café de São Paulo, que absorveu entre 50 e 58% dos imigrantes no período⁶⁵ e em regiões mais ao sul do país.

Esse gigantesco volume de imigrantes atraídos para São Paulo foi fruto de políticas de desenvolvimento do próprio Estado, aliadas à fatores externos. A mão de obra negra foi progressivamente substituída, sendo considerada de baixa qualidade pelos fazendeiros do período, sobrando aos negros não outra possibilidade, se não a de se instalarem em pequenas propriedades ou comunidades afastadas da grande produção de café, e se voltarem para a produção de gêneros alimentícios para o consumo interno⁶⁶. Nesse mesmo sentido, a mão de obra disponível no Nordeste foi absorvida principalmente por certo surto da produção de borracha no Norte do país⁶⁷. Interesses e alianças Brasil – Itália facilitaram muito acordos entre as nações no sentido de se gerar um grande volume de mão de obra a preço muito baratos e além das questões econômicas e políticas, não se pode deixar de levar em conta as questões de preconceito racial. O branco italiano seria rapidamente absorvido pela nascente república⁶⁸, enquanto ao negro seria relegado um papel marginal.

Além dos italianos, espanhóis e portugueses também imigraram em quantidades bastante relevantes. Entre 1884 e 1933, foram 1,1 milhão de portugueses e cerca de 557 mil espanhóis. Os portugueses instalaram-se principalmente em regiões urbanas, sendo o Rio de Janeiro o estado que recebeu a

⁶⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. In: FAUSTO, Bóris. (Org). **História Geral da Civilização Brasileira** – Tomo III – O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

⁶⁵ FAUSTO, Bóris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República (1889-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 763.

⁶⁶ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 9ª Ed. São Paulo. Unesp, 1998.

⁶⁷ FAUSTO, Bóris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República (1889-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 764.

⁶⁸ COSTA, op. cit., p.

maior quantidade de lusitanos. Os espanhóis distribuíram-se à maneira dos italianos⁶⁹.

No Nordeste, a decadente produção de açúcar não atraiu grandes contingentes populacionais, enquanto o Norte, absorveu parte dos trabalhadores disponíveis após a libertação dos escravos. Entre 1890 e 1900, cerca de 160 mil pessoas migraram do Nordeste para o Amazonas. No Nordeste, a falta de abundância, como marca Bóris Fausto, foi responsável por “uma prática que datava dos tempos coloniais: o estabelecimento de pequenos proprietários dependentes do grande proprietário fundiário”⁷⁰. Dessa maneira, o pequeno proprietário encontrava-se de todos os lados vinculado à um grande, pois, no caso da produção de açúcar, por exemplo, dependia do dono de engenho a parte principal da produção – o fabrico açucareiro. Tal forma de controle contribuiu para interpretações patrimonialistas⁷¹ e feudalistas⁷² da história brasileira.

O Sul do país, embora não atraísse estrangeiros exatamente por sua produção excessiva de determinado produto ou abundância financeira, atraiu durante a República certo contingente italiano e alemão, interessado na possibilidade de tornarem-se pequenos proprietários, desenvolvendo certa agricultura de pequeno-excedente que abasteceu principalmente o estado de São Paulo⁷³.

Por fim, acerca destes dados da Primeira República, o país continuou tendo na agricultura sua maior fonte de renda. Em 1820, 69,7% da população trabalhadora estava alocada na produção agrícola, enquanto 13,8% estava na indústria e 16,5% no setor de serviços. Nesse momento, apenas 74 cidades brasileiras tinham mais de 20 mil habitantes, e as duas maiores cidades brasileiras eram a cidade do Rio de Janeiro, com 1,15 milhão de habitantes e a de São Paulo, com 570 mil⁷⁴.

Um quadro tão diverso quanto o apresentado, é evidentemente administrado de maneira bastante diversa, entretanto, a Primeira República não recebe

⁶⁹ FAUSTO, Bóris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República (1889-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 765.

⁷⁰ Ibid., p. 766.

⁷¹ FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Globo, 1991. 2 v.

⁷² DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939.

⁷³ FAUSTO, Bóris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República (1889-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 767.

⁷⁴ Ibid., p. 769.

gratuitamente o título de “República Oligárquica”. Com a federalização garantida pela nova Constituição de 1891, o poder, dantes tão concentrado na província do Rio de Janeiro, fragmenta-se.

O regime instaurado seria representativo, estaria controlado por uma divisão de poderes entre o Legislativo, bicameral, o Executivo e o Judiciário. Os congressistas gozariam de imunidades, e (para corrigir as distorções imperiais das câmaras compostas por funcionários e apadrinhados da Coroa) “não poderão celebrar contratos com o poder executivo, nem dele receber empregos ou comissões remuneradas(...)” (Art. 23). O presidente seria eleito e os juízes do Supremo Tribunal nomeados em forma vitalícia, perdendo o cargo apenas por sentença judicial.⁷⁵

Na linha de Edgard Carone, Fernando Henrique Cardoso nos apresenta o impasse da mudança – Se antes a articulação dos poderes é tomada com base no poder Moderador do imperador, na *sede vacante* do Império, quem coordena a existência da política, da administração?

A única resposta possível, é um intermédio, um setor que não fosse diretamente da administração imperial, ao mesmo tempo que possuía o senso administrativo necessário para “o desencontro entre o espírito do regime (republicano), representativo e, portanto, ansioso por uma estrutura partidária inexistente, e a prática burocrático-política, imbricada diretamente no Exército”⁷⁶.

Não nos concentraremos nos governos de Deodoro da Fonseca (1889-1891), nem no de Floriano Peixoto (1891-1894), por encararmos a chamada “República da Espada” como uma fase de transição, adaptação entre a estrutura imperial e a estrutura republicana. O breve período, embora de grande truculência com revoltosos, pode ser contemplado como desdobramento das insatisfações dos militares com o Império⁷⁷.

Voltemos à Constituição de 1891, que não se preocupou em manter um equilíbrio entre os Estados que estava a criar, embora essa fosse uma preocupação

⁷⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. In: FAUSTO, Bóris. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira** – Tomo III – O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 37.

⁷⁶ Ibid., p. 38.

⁷⁷ Cf. FAUSTO, Bóris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República (1889-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008 - COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles**. São Paulo. Unicamp, 1996. - VIANNA, Oliveira. **O ocaso do império**. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Academia Brasileira de Letras, 2006.

recomendação dos militares compunham o quadro de abertura da nova República. Seguindo o recenseamento de 1890, a composição da Câmara dos Deputados era proporcional ao número de habitantes de cada Estado, o que beneficiava muito o Estado de São Paulo, por exemplo. Além de tal medida, a arrecadação do governo central através de taxas alfandegárias de exportação não estaria mais nas mãos da República (como estivera durante o Império), mas sim nas mãos de cada Estado. Tal quadro beneficia o novo Estado de São Paulo.

Dispondo de fundos e meios, São Paulo organiza toda a Primeira República centrando-se em sua figura. Os Estados menores tentaram inutilmente modificar a política alfandegária, no sentido de garantir uma melhor divisão dos bens. Todas as tentativas falharam.⁷⁸

Em onze disputas eleitorais que ocorreram no período da Primeira República, nove dos presidentes eleitores eram provenientes de São Paulo ou Minas gerais, Estados que compuseram a política que ficou conhecida como *café-com-leite*. Seis desses presidentes eram paulistas, três mineiros⁷⁹.

Por conta da população, Minas elegia para a Câmara dos Deputados 37 deputados, enquanto São Paulo e Bahia elegiam 22 deputados cada, mas o Estado não poderia competir economicamente com os paulistas. Não havia coerência produtiva em Minas Gerais. Parte de produção era agrícola, com base no café, parte pecuária, principalmente voltada para a produção de queijos, e nos centros urbanos, desenvolveu-se certa indústria. Mesmo assim, a infraestrutura era insuficiente quando falamos de estradas, e ainda pior, para que sua produção fosse escoada, dependia de portos paulistas ou cariocas⁸⁰. Sendo detentor de grande poder político, mas não tão pujante economicamente, quando comparado com seu vizinho cafeicultor, o Estado de Minas Gerais agiu durante a Primeira República como um importante aliado de São Paulo.

São Paulo, por sua vez, usava seu prestígio econômico e político para garantir seu *status quo*. Bóris Fausto⁸¹ aponta para a necessidade paulista de

⁷⁸ FAUSTO, Bóris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República (1889-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 776.

⁷⁹ Ibidem., p. 777.

⁸⁰ WIRTH, John. Minas e a Nação. Um estudo de poder e dependência regional (1889-1937). In: FAUSTO, Bóris. (Org). **História Geral da Civilização Brasileira** – Tomo III – O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 76-98.

⁸¹ FAUSTO, Bóris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República (1889-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 778.

controlar políticas como as dos setores cambiais, de finanças, e as legislações que regulam as questões sobre a migração.

No caso mineiro, o Partido Republicano de Minas funcionou como o único meio de acesso à política durante todo o período da Primeira República, uma vez que como dito anteriormente, as redes de amizade e parentela se constituíam como centrais na política mineira, ao contrário do caso paulista, onde as diferenciações sociais promovidas pelo avanço econômico resultaram na criação do Partido Democrático, o PD, em 1926.

Para os gaúchos, Joseph Love⁸² nos conta uma história bastante diversa. O Estado não significou muito politicamente, tampouco economicamente até praticamente a desagregação do sistema da Primeira República. Com elites locais que não entravam em acordos, o Estado viu-se em conflitos armados entre 1893 e 1895, e novamente em 1923, em ambas as situações, o Partido Republicano do Rio Grande do Sul (PRR) saiu vitorioso, e em 1930, no momento de falha entre as políticas conciliatórias de Minas e São Paulo, ao mesmo tempo em que a economia do café perdia vigor, os gaúchos se estabelecem de vez como fator de desagregação do sistema.

No caso do Nordeste, o fisco criado pelos Estados que coordenavam a política econômica do Brasil, gerou grande instabilidade política na região. Embora a Bahia contasse com 22 cadeiras na Câmara dos Deputados e Pernambuco com 17, as tentativas de união entre os diversos costumeiramente resultavam em mais conflitos. O poder dos Estados passou a depender diretamente das benesses do governo central, o que gerou em várias situações o preterimento das relações entre os coronéis e os governadores, para uma política entre os coronéis e o próprio governo central⁸³.

Outra característica chave para a compreensão da chamada Primeira República é a baixa participação popular. Nesse sentido, autores como Bóris Fausto, Emília da Costa Viotti⁸⁴, Joseph Love⁸⁵ e Richard Graham⁸⁶ entre vários outros, apresentam suas contribuições.

⁸² LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Bóris. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira** – Tomo III – O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 99-122.

⁸³ FAUSTO, Bóris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República (1889-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 780.

⁸⁴ COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma (1870-1889). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008.

Durante o Império, o elemento de estabilidade e união do país, embora apresentasse alguns vestígios de cidadania, era majoritariamente a figura do imperador. Através do chamado parlamentarismo às avessas, independentemente da composição das câmaras, o poder do imperador de agregar ou desagregar o sistema era o que realmente contava, como demonstrando anteriormente.

Com a República, porém, há a extinção da figura do monarca, e é preciso que encontremos um novo espaço de representatividade, de legitimidade do poder republicano. O voto ganha naturalmente o *status* de mantenedor da ordem republicana⁸⁷.

Se durante o Império, a base do sufrágio era a renda e os bens, ou seja, um sistema censitário, com a constituição de 1891, o direito é estendido a todos os homens brasileiros, com mais de 21 anos, desde que sejam alfabetizados, o que até 1920, significa 75,6% de toda a população nacional.

A comparação das últimas eleições parlamentares do Império (1886) com a primeira eleição presidencial na qual tomaram participação votantes de todos os Estados (1898) mostra um aumento de quase 400% no número de eleitores. Em 1886, de um total de 13,2 milhões de habitantes, votaram 111 700, o que significa 0,89% da população. Em 1898, votaram 462 mil eleitores, correspondendo a 2,7% de uma população de 17,1 milhões⁸⁸.

Embora alargado, no sentido representativo, esses votos são tão somente partes muito diminutas em um sistema muito maior. As mulheres não podiam votar. Nas eleições de 1910, a quantidade de votos computados correspondeu a somente 2,8% da população do Brasil, contra 1,9% em 1922 e 5,7% em 1930. Dessa participação aparentemente irrisória, surge a principal crítica de Paul Cammack⁸⁹ à

⁸⁵ LOVE, Joseph L. Political participation in Brazil, 1881 – 1969. **Luso-Brazilian Review**, Vol. 7, No. 2 (Dec., 1970), p. 07. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3512756>>. Acessado em 25 Jan. 2016. p. 06.

⁸⁶ GRAHAN, Richard. Clientelismo na cultura brasileira – Toma lá dá cá. **Braudel Papers**. p. 03-12. Disponível em: <http://pt.braudel.org.br/publicacoes/bradel-papers/downloads/portugues/bp15_pt.pdf>. Acessado em 03 ago. 2016.

⁸⁷ FAUSTO, Bóris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República (1889-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 783.

⁸⁸ FAUSTO, Bóris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República (1889-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 783.

⁸⁹ CAMMACK, Paul. "O Coronelismo e o Compromisso Coronelista: Uma Crítica". **Cadernos do Departamento de Ciência Política**, nº 5, Belo Horizonte, 1979, p. 1-20.

Victor Nunes Leal⁹⁰ acerca do coronelismo: não existiria força real no poder do voto para que ele fosse moeda de troca tão importante com o governo central, mas o período da Primeira República não parece ser apenas uma conta de mais ou menos. Os números não revelam toda a verdade, e embora a participação popular seja pequena, ela é a forma pela qual a República tenta se estruturar.

Uma prova desse ponto, no sentido de Leal e em detrimento de Cammack, são os inúmeros mecanismos de falsificação e fraude eleitoral, todos eles para garantir a hegemonia de determinado grupo sobre outro. O eleitorado, como exploraremos melhor ao abordarmos o coronelismo, depende diretamente das oligarquias locais. Essa subordinação à A ou B incrementa-se ao pensarmos no funcionamento do voto – não há voto secreto⁹¹, portanto, o indivíduo ao votar, declara abertamente que candidato apoia. Nas zonas rurais, afastadas dos grandes centros, era uma forma mais que eficiente de se controlar os votos. Normalmente, a oposição ao voto aberto advinha dos setores mais urbano.

Haviam ainda outros mecanismos para garantir as eleições de determinado candidato. Caso a pressão pelo voto aberto não seja suficiente, é possível falsificar cédulas eleitorais, permitir o voto de estrangeiros, aos analfabetos, ou até mesmo ressuscitar os mortos. Novamente, o trabalho de Victor Nunes Leal é taxativo ao descrever o funcionamento da burocracia da Primeira República – não existe um aparato bem determinado da burocracia. Não existe exatamente órgãos que se supervisionam mutuamente. O que existe é o espaço da inobservância, da possibilidade do erro, da permanência das oligarquias vigentes.

No caso do Rio Grande do Sul, bastante povoado de pequenos proprietários, normalmente estrangeiros que tentam a vida em pequenas e médias propriedades, o vínculo com o partido central, o PRR, estabelece-se pelo desejo de relaxamentos no fisco, ou na concessão de novas terras, aponta Bóris Fausto⁹². Evidência disso, segundo o mesmo autor, é que o PRR conseguiu maior representatividade junto aos municípios onde o número de propriedades menores prevalecia.

⁹⁰ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto** – O município e o regime representativo no Brasil. 3ª Ed. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1978.

⁹¹ LOVE, Joseph L. Political participation in Brazil, 1881 – 1969. **Luso-Brazilian Review**, Vol. 7, No. 2 (Dec., 1970), p. 07. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3512756>>. Acessado em 25 Jan. 2016. p. 06.

⁹² FAUSTO, Bóris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República (1889-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 784.

Em São Paulo, as relações também são bastante diversas. Embora o número de imigrantes seja crescente, muitas vezes submetidos à vontade dos grandes produtores de café, os imigrantes italianos ou espanhóis estão fragmentados por todo o território do Estado. Os fazendeiros, aponta Fausto⁹³ novamente, atuam como verdadeiros pequenos senhores em suas terras, e enquanto revestem-se do paternalismo, nas concessões de glebas de terra, materiais para as casas dos colonos, certo crédito na venda local, também se desdobram as redes de coerção, na qual o poder desses fazendeiros passa incontestemente perante as autoridades locais, que na maioria das vezes, trabalham por indicação ou influência dos poderosos.

É em meio à essa miríade de formas políticas e na dinâmica dos avanços e retrocessos que caminha o país. A base da política que se pretende representativa está, em sua grande maioria, presa aos coronéis.

⁹³ FAUSTO, Bóris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República (1889-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 785.

CAPÍTULO 02 – OS PRIMEIROS ESCRITOS ACERCA DA REPÚBLICA

2.1 – A República como Missão

Há certo tom de grande vivacidade, eloquência e até mesmo felicidade nos primeiros textos que cercam o nascer dos Estados Unidos do Brasil. Anfriso Fialho⁹⁴, por exemplo, que fora militar, participara da Guerra do Paraguai, formou-se em Ciências Políticas e Administrativas na Bélgica, e elegeu-se Deputado Federal pelo estado do Piauí em 1890, participando da Constituinte de 1891, é taxativo em declarar e conclamar o momento em que vive.

Bastante preocupado com as datas, Fialho publica seu texto, “História da Fundação da República no Brasil⁹⁵” no dia 15 de novembro de 1890 e seu texto é carregado de uma visão marcada pela necessidade da verdade, da luz aos fatos, e acima de tudo, na visão do próprio autor – de fidedignidade e imparcialidade.

Nos escritos de Fialho, o advento republicano ocorre por uma combinação bastante simples de dois fatores. Deu um lado, o despotismo monárquico da cara real dos Bragança no Brasil, de outro, o heroísmo dos militares brasileiros, tidos como renegados pelo gabinete ministerial do Império, apesar do exército ser “a única força real do país”⁹⁶.

Constantemente, ao mencionar os laços do poder imperial sobre a política, Fialho destaca a figura de um imperador que age sempre com segundas intenções:

Subindo ao trono por meio de uma conspiração de palácio, D. Pedro II, que havia sido educado por um padre, o bispo de Crisópolis, revelou desde logo um temperamento de rei absoluto, mas disfarçado por uma profunda hipocrisia.

Considerando que o Brasil era a única monarquia da América, e sabendo que já em diferentes épocas de sua história e em diversas províncias haviam os brasileiros feito sérias tentativas para sacudir o jugo que os escravizava; tendo sob os olhos os exemplos das colônias inglesas e espanholas no Novo Mundo, que se haviam transformado em repúblicas, era natural que D. Pedro adotasse uma política que estivesse de acordo com os meios que vivia, com esses antecedentes históricos e com as circunstâncias de sua posição excepcional na América.⁹⁷

⁹⁴ FIALHO, Anfriso. **História da fundação da república no Brasil**. 1ª Ed. Brasília. Universidade de Brasília, 1983.

⁹⁵ Ibid., p. 6.

⁹⁶ Ibid., p. 7.

⁹⁷ Ibid., p. 11.

A situação piora, à medida que o texto se desenlaça. D. Pedro II, tem seu poder comparado ao dos imperadores romanos, representando-se bom e pleno para os estrangeiros, vil e perseguidor para os que o conhecem de fato.

A rejeição, porém, não é exclusiva à figura do monarca. Sobre a princesa Isabel, Fialho comenta sobre a criação. Da mesma maneira que D. Pedro II possui em si os humores maquiavélicos, Isabel também os possuiria, visto que “resolveu o imperador encarregar-se ele mesmo da educação de sua filha”⁹⁸.

Ocupando por diversas vezes o cargo de regente, nas ocasiões em que o pai viajava para fora do país, o autor destaca os conselhos passados do Imperador para a Princesa, todos eles garantindo máximo prestígio para as figuras imperiais, sem lançar mão sobre políticas fossem importantes para a nação.

O momento áureo da regência da princesa Isabel, a abolição da escravidão é caracterizado da seguinte maneira:

Em 1887, depois de ter a princesa dado ao ministério Cotegipe, que era o mais terrível adversário da escravidão, todo apoio possível, com o fim de não desgostar os fazendeiros, fez-se repentinamente abolicionista, quando viu que os escravos já estavam se libertando por si mesmo (pela fuga) e já não havia meio algum de conservá-los no cativeiro. Foi assim que em oito dias se fez a lei 13 de maio de 1888, que aboliu pura e simplesmente a escravidão no Brasil a partir dessa data.

Mas no fundo dessa política hipócrita, que só iludia os incautos, havia a verdadeira política dinástica, a política absoluta e ultramontana, praticada com todos os caprichos feminis e que aumentava o descontentamento nacional.⁹⁹

Os ditos *caprichos feminis*, que tanto incomodam os homens de negócios do Império, ligam-se ao excesso de catolicidade da princesa. Muito religiosa, o autor atenta-se não só para o que seria um “reinado de padres”¹⁰⁰, como também para a falta de ligação entre o Conde d’Eu e os homens que o próprio liderou no Paraguai. A imagem de Isabel é de uma católica, desprovida de energias suficientemente masculinas para colocar um plano de governo digno de uma nação como a do

⁹⁸ FIALHO, Anfriso. **História da fundação da república no Brasil**. 1ª Ed. Brasília. Universidade de Brasília, 1983, p. 22.

⁹⁹ Ibid., p. 22.

¹⁰⁰ Ibid., p. 22.

Brasil. Na visão de Fialho, a princesa é despótica como o pai, atenta em demasia à Igreja, e seu marido não teria competência necessária para tomar os rumos da nação.

Desse conjunto todo de problemas, temos as bases para a necessidade da república. A abolição da escravidão coloca os proprietários de escravos contra a monarquia. O movimento republicano ganha cada vez mais e mais adeptos. Rui Barbosa, chamado sempre de Dr. Rui Barbosa pelo autor, aparece como um eficiente propagandista do novo regime a surgir, enquanto o antigo regime afasta-se cada vez mais do que é legítimo à sociedade brasileira, algo comprovado na existência crescente da confiança do imperador na guarda nacional, nos corpos de polícia e na recentemente criada *guarda negra*¹⁰¹. Para o autor, essa aproximação é sintomática, uma vez que destaca o afastamento do monarca em relação à verdadeira força militar brasileira – o Exército.

O Exército e o imperador encontram-se indispostos um com o outro principalmente por aquilo que foi chamado de “questão militar”. Após a guerra do Paraguai, o prestígio dos militares brasileiros junto à população foi acrescido. Principalmente em decorrência da maior circulação de jornais na época¹⁰², tornou-se muito comum veicular-se notícias e opiniões militares nos impressos do império. Em dois casos, porém, ambos bastante esmiuçados por Fialho, o impacto de opiniões de militares sobre os gabinetes ministeriais de D. Pedro II fez-se sentir com maior vigor.

O primeiro caso, envolvendo o coronel Cunha Mattos¹⁰³, denunciante da má administração sobre uma companhia de infantaria estacionada numa das províncias do Império, que ao fazê-lo acaba ofendendo o comandante da mesma, que infelizmente era grande amigo de um *nobre* deputado. O deputado toma as dores do amigo, e faz discursos inflamados contra Mattos, que não deixa por menos e faz denúncia aos jornais, inclusive conclamando o ministro da guerra contra o deputado, uma vez que o parlamentar agia contra a honra militar. O ministro da guerra, impedido pela prática comum a esses casos, uma vez que era proibido aos militares veicular suas opiniões nos jornais sem permissão dos superiores, ou impelido pela

¹⁰¹ FIALHO, Anfriso. **História da fundação da república no Brasil**. 1ª Ed. Brasília. Universidade de Brasília, 1983, p. 23.

¹⁰² COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma (1870-1889). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 754

¹⁰³ FIALHO, op. cit., p. 30.

ousadia do coronel, pede a prisão de Cunha Mattos.

O segundo caso, envolvendo o tenente-coronel Antônio de Senna-Madureira, em um caso parecido, mas afrontando agora um amigo do próprio imperador. Em 1883, o marquês de Paranaguá cria um projeto de lei que estipula a criação de um montepio militar obrigatório, uma espécie de previdência militar que seria estendida a todos os militares, mas que na prática reduziria os benefícios de aposentadoria dos militares brasileiros. Para aqueles que não concordassem com tal medida, a demissão era a única solução. Senna Madureira lidera os descontentes contra o projeto, que usa os jornais como denunciante. O projeto é arquivado no senado, mas o imperador reitera a ordem de que as opiniões militares não poderiam ser emitidas na imprensa sem antes ser filtrada pelos ministérios do império. O tenente-coronel é preso, ato que irrita profundamente o exército. Na visão de Fialho, nasce aí o “germe inconsciente que produziu a República dos Estados Unidos do Brasil”¹⁰⁴.

Os fatos narrados precisariam, porém, de um herói que conduzisse os feitos. A vil monarquia, carregada de suas vis paixões, do autoritarismo de uns, da falta de mão de outros, só poderia sucumbir perante um herói da pátria. A construção de Anfriso é bastante romântica. Ela necessita de um bem para que se enfrente o mal. A República feita carne é descrita praticamente em um devaneio de debutante:

É alto, magro, moreno bronzeado, tem os olhos negros e penetrantes, lábios finos, nariz pontudo e aquilino, narinas rasgadas: todos estes traços dão-lhe à fisionomia uma aparência de águia e de grande energia. Usa toda a barba, curta, quase branca; os cabelos ainda pretos e rarefeitos no alto da cabeça, formando uma calva em coroa irregular; tem ombros largos e quadrados, mantém-se direito com o um soldado perfilado. Tem 63 anos de idade. Quer a pé, quer a cavalo, é uma figura imponente e altamente simpática. Afável sem ser expansivo, foi sempre querido e temido ao mesmo tempo por seus próprios companheiros e superiores. É assim na paz e na guerra.¹⁰⁵

Manoel Deodoro da Fonseca encarna qualidades morais individuais e coletivas para o autor, de herói de tão bravo heroísmo, que merece ter a história dos pais contatadas com o mesmo afincio que um padre comentaria sobre a Sagrada Família. Enquanto a família real é mesquinha e dada a feitos autocráticos, todos os traços da vida de Deodoro são cercados por um embelezamento que ultrapassa em muito as

¹⁰⁴ FIALHO, Anfriso. **História da fundação da república no Brasil**. 1ª Ed. Brasília. UNB, p. 32.

¹⁰⁵ Ibid., p. 36.

margens do razoável.

A obra inclusive é dedicada ao *Generalíssimo*, e a missão de abater a “árvore nociva da monarquia”¹⁰⁶ do solo americano só poderia ser conferida por uma aspiração superior, divinal. Durante toda a questão militar, o bravo Deodoro está do lado dos seus irmãos, e mesmo no momento mais agudo da crise entre exército, republicanos e o império, quando o Dr. Benjamin Constant (também um desses homens inoxidáveis ao lado da preciosa república) vai à procura do General, este se preocupa com o velho imperador.

A república a se criar só pode sê-lo feita caso o imperador não sofra com o fim de seu governo, mas isso ainda não é o suficiente para o *Generosíssimo*. Constant avisa Deodoro sobre como o imperador já não consegue mais cuidar do trono, e como quem controla a pátria é na verdade aqueles que são a pior corja destituída de patriotismo¹⁰⁷.

Concordante com o levante, apesar de reticente por muito tempo, Deodoro decide aceitar na movimentação pelo fim da monarquia, que se passa no 15 de novembro. O imperador é chamado de volta por telegrama, visto que se encontrava em Petrópolis, apenas para ser destituído de seu trono, sem maiores avisos, da mesma maneira que a princesa é avisada do fim de seu governo às vésperas de um baile a se fazer¹⁰⁸.

A família real é exilada, e o império proscrito. Os gabinetes ministeriais do império, ocupados por aqueles considerados antipatriotas são todos desfeitos. A marinha seria talvez o único grande obstáculo ao exército, mas não se fez. Curiosamente, ao fim de seu texto, Anfriso Fialho comenta sobre a virtude das terras americanas. Trata-se de terra afeita à democracia, como apontou antes dele Alexis de Tocqueville¹⁰⁹. Essa democracia só é real quando se faz por uma república, visto que a monarquia, mesmo que constitucional, pende sempre para o lado do soberano.

O curioso da observação de Fialho é a antinomia. A América é a terra da

¹⁰⁶ FIALHO, Anfriso. **História da fundação da república no Brasil**. 1ª Ed. Brasília. UNB, p. 5.

¹⁰⁷ Ibid., p. 78.

¹⁰⁸ Ibid., p. 87.

¹⁰⁹ Ibid., p. 106.

democracia, mas mesmo assim, a prosperidade democrática da nação não está vinculada aos civis. Os doutores Benjamin Constant, Rui Barbosa, Aristides Lobo, os senhores Quintino Bocaiúva e Francisco Glicério aparecem aqui e ali, mas estão dispersos nas folhas de seus jornais, enquanto o exército articula toda a mudança para a república. O povo brasileiro, por assim dizer, é narrado em terceiro plano. Nas praças por onde passa o General, acenando seu chapéu para a república a surgir. O povo está próximo às bancas, onde circulam as notícias republicanas, mas o povo é acima de tudo paisagem, nunca protagonista nessa história, mas Fialho é carregado de uma positividade que impressiona. O ano um da República dos Estados Unidos do Brasil vela o futuro que se dispõe de uma só forma:

As instituições políticas que vão reger os destinos da República dos Estados Unidos do Brasil são semelhantes às da República dos Estados Unidos da América do Norte, a qual neste século tem realizado o mais assombroso progresso em todos os ramos da atividade humana, e goza perante as outras nações do mundo da maior consideração. Foram dois os principais fundadores dessa incomparável nacionalidade: George Washington na guerra, e Benjamin Franklin no gabinete.

No Brasil foram também dois os principais autores da revolução de 15 de novembro: Deodoro da Fonseca, que a fez, e Benjamin Constant, que a organizou.¹¹⁰

2.2 – O Despertar da Ilusão Republicana

Se no momento da revolução republicana o sentimento de progresso é evidente, passados cerca de trinta anos, ao menos pela intelectualidade da república, esse sentimento já não mais seria tão glorioso. Deve-se levar em consideração a desilusão do mundo em relação a um futuro próspero e luminoso, motivada pela primeira guerra mundial, responsável por findar o espírito da *belle époque*.

Organizado e fundeado por diversos intelectuais no momento do centenário da independência do Brasil, o livro “À Margem da História da República” foi lançado inicialmente com pequenos textos, para angariar mais recursos, que seriam usados na expansão de uma possível segunda edição que nunca aconteceu¹¹¹.

Apesar da frustração do desenvolvimento maior do projeto, os textos são

¹¹⁰ FIALHO, Anfriso. **História da fundação da república no Brasil**. 1ª Ed. Brasília. Universidade de Brasília, 1983, p 110

¹¹¹ FILHO, Alberto Venâncio. Introdução. In. CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) **À margem da história da república**. Tomo I. Brasília. Universidade de Brasília, 1981. p. 06

excelentes medidores dos problemas que acometem a primeira república do Brasil. Dos doze escritores, onze eram bacharéis em direito, apesar do décimo segundo, o único engenheiro civil do grupo, ser responsável pela organização geral da obra, Vicente Licínio Cardoso. O mais velho dos autores possuía quarenta e seis anos quando contribuiu para a obra, enquanto o mais jovem, vinte e nove¹¹².

Ao contrário de Anfriso Fialho, que negligenciou o povo ao compor seu texto, a preocupação desse grupo de autores é principalmente o cidadão brasileiro. Antônio Carneiro Leão, jurista e educador, em sua contribuição “Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras”¹¹³, identifica na necessidade da educação o principal objetivo da república.

É mister convençam-se todos, no Brasil, de que as questões de educação não são simplesmente pedagógicas, porém nacionais, na mais alta expressão do termo. Interessam ao futuro do país, ao desenvolvimento de suas forças vivas. A educação tem de ser estudada aqui em todos os seus aspectos: primário, secundário, profissional e superior, porque são todos correspondentes aos diversos estágios mentais das classes que se aprestam para o perfeito funcionamento social.¹¹⁴

Carneiro Leão preocupa-se com a educação voltada para a formação de uma cultura sólida, igualitária. Para ele, a construção da nação brasileira precisou adaptar-se muito a um ambiente peculiar de desenvolvimento. A existência de uma metrópole que condicionava a economia do país teve um efeito duplamente negativo: não apenas impediu um caminho econômico nacional, como também gerou a desigualdade mais primeira da sociedade, opondo senhores, livres e escravos, cada um desses cumprindo e desenvolvendo eternamente os mesmos papéis. Para Leão, o ritmo das mudanças no final do império acabou por libertar paixões nos homens, sentimentos bastante diferentes daqueles que haviam no império. A república acaba com a aparente ordem social do império, e mergulha os homens em um estado mais vil, uma vez que os indivíduos possuem maiores potencialidades¹¹⁵. Essas potencialidades seriam muito melhor usadas caso a

¹¹² FILHO, Alberto Venâncio. Introdução. In. CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) **À margem da história da república**. Tomo I. Brasília. Universidade de Brasília, 1981. p. 01.

¹¹³ LEÃO, A. Carneiro. Os deveres das novas gerações brasileiras. In. CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) **À margem da história da república**. Tomo I. Brasília. Universidade de Brasília, 1981.

¹¹⁴ LEÃO, A. Carneiro. Os deveres das novas gerações brasileiras. In. CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) **À margem da história da república**. Tomo I. Brasília. Universidade de Brasília, 1981. p. 20.

¹¹⁵ Ibid., p. 23.

república conseguisse transformá-las por meio da educação, como fez a Argentina, modelo republicano a ser seguido segundo o autor.

“É de cultura que necessita o Brasil, Cultura física, mental, técnica, profissional, cívica, social e política”¹¹⁶. Nesse mesmo sentido escreve Gilberto Amado, advogado e jornalista brasileiro, que assim como Carneiro Leão, seria nos últimos anos de vida, um imortal da Academia Brasileira de Letras. Para ele, não havia diferença entre a situação social do Brasil no fim do império quando comparada à década de vinte do século XX, isso porque não haveria povo, no sentido necessário à boa condução do espírito republicano.

Em “As Instituições Políticas e o Meio Social no Brasil”¹¹⁷, Gilberto Amado é consideravelmente mais negativo que seus colegas de texto. O interior do país é, na visão do autor, um grande entrave na consolidação da república brasileira:

Sem contar a das cidades que não se pode dizer seja que é uma população culta, a população do Brasil politicamente não tem existência. Compõem-na talvez mais de 15 milhões de habitantes desassimilados que no norte e no centro constituem os pescadores e seringueiros do Amazonas, os agregados das fazendas, os vaqueiros e campeões do sertão, os pequenos negociantes nômades, os operários rurais primitivos sem fixidez, trabalhando um dia para descansar seis na semana, o matuto ignorante e crendeiro, vivendo numa choupana, quando não desabrigado de todo, e ainda os jagunços da Bahia, os cangaceiros de Pernambuco, os “fanáticos” do Contestado, os capangas das vilas e aldeias do interior, a multidão de pequenos artífices e trabalhadores das cidades e das roças, toda uma “gens” complexa, pouco produtiva, entregue à sua própria miséria e alheamento do mundo, emigrando do Ceará para o Amazonas, nos Estados do norte se arrastando ao abandono de um desconforto voluntário, sem saúde, sem hábitos de trabalho, dada às superstições das raças selvagens, inúteis quase com força econômica.¹¹⁸

O elitismo do texto atribui aos miseráveis do país a culpa pelo próprio destino, ao mesmo tempo que defende para a solução desse problema um pulso firme, capaz de lutar contra os instintos interioranos do país. A pouca diferença em relação ao período final do império brasileiro encontra-se pontualmente em alguns lugares

¹¹⁶ LEÃO, A. Carneiro. Os deveres das novas gerações brasileiras. *In*. CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) **À margem da história da república**. Tomo I. Brasília. Universidade de Brasília, 1981. p. 20.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 30.

¹¹⁷ AMADO, Gilberto. As instituições políticas e o meio social. *In*. CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) **À margem da história da república**. Tomo I. Brasília. Universidade de Brasília, 1981.p. 55.

¹¹⁸ AMADO, Gilberto. As instituições políticas e o meio social. *In*. CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) **À margem da história da república**. Tomo I. Brasília. Universidade de Brasília, 1981.p 55.

de São Paulo e do sul do Brasil, mas ainda assim, insuficientes.

Oliveira Vianna, também jurista e anos mais tarde Imortal, na obra “O Idealismo da Constituição”¹¹⁹ traça uma comparação entre a constituinte imperial, e a constituinte da república, marcando a superioridade da magna carta do império. Para ele, tanto o grupo de intelectuais formando a constituinte, quanto a certeza do formato político a ser adotado era superior na primeira constituição brasileira.

Em relação ao formato político, a maior parte dos homens que estiveram presentes na constituinte eram “republicanos de última hora”¹²⁰, outros, aderiram ao novo projeto político como represália às últimas leis imperiais, e Vianna ainda aponta para um terceiro grupo, composto pelos “históricos”¹²¹, que possuíam como desejo principal muito mais o discurso e a fama do que a razão e a clareza. Esses mesmos senhores, doutos da lei, teriam caído na ilusão de que a letra constitucional teria o poder de mudar a realidade nacional ao ser posta no papel.

O tom final de seu texto, porém, é o que mais nos interessa. Oliveira Vianna chama atenção para a prática política da república. Apesar do idealismo proposto, há um notável descompasso entre a letra da lei e a *práxis* política. Um descompasso que a república insiste em concertar com mais leis, ação completamente esvaziada de significado. Para Vianna, a abolição da escravidão, apesar de necessária, apresentou um revés muito grande para seus senhores. Os donos de escravos, membros da aristocracia rural, uma vez destituídos de “sua grande indústria da terra, passaram a encontrar no Estado uma nova base econômica que lhe substituiu a antiga”¹²². A nova base econômica é justamente o emprego público, que amplia-se de sobremaneira, uma vez que o Estado, antes concentrado nas capitais das províncias, agora amplia-se para os municípios e afins.

Para Vianna, os cargos públicos não são a realização máxima dessas oligarquias, mas são sua maneira de sobreviver. O projeto constitucional da república nasce falido. Mas o espírito de felicitação, a beleza dos discursos impediu os republicanos brasileiros de apontarem os próprios erros. O deslocamento entre o projeto e sua execução, segundo o autor, acaba sempre sendo colocando em pauta não os problemas do projeto, mas sim um idealismo ainda pior, que se lança sobre o

¹¹⁹ VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) **À margem da história da república**. Tomo I. Brasília. Universidade de Brasília, 1981.

¹²⁰ Ibid., p. 104.

¹²¹ Ibid.

¹²² Ibid., p. 107.

homem republicano. A república no Brasil não se desenvolve por conta da “inexperiência” dos brasileiros para com o novo regime, ou porque os brasileiros são “corruptos”¹²³.

Para Vianna, todo o acento democrático brasileiro está baseado numa ideia demasiadamente saxônica de participação popular, de vontade do povo soberano, de opinião pública. Tão certa é essa noção, que o voto é a mais profunda base de existência da república. Ele é necessário para recrutar do presidente ao mais baixo cargo eletivo municipal, de modo que seria essa “opinião democrática” do povo que é a base do regime constitucional de 1891. O problema, porém, é que não havia entre o povo durante o império tal consciência popular, e a escrita de constituição republicana não é suficiente para criar essa paixão entre os povos brasileiros¹²⁴.

Toda a corrupção denunciada constantemente na primeira república é fruto dessa falta de povo no poder. Pequenas parcerias políticas que formam-se aqui e ali, sempre no sentido de garantir benefícios para os grupos no poder, sempre no interesse de manter e perpetuar esses grupos.

Consequentemente, os congressos federais são unânimes, as assembleias estaduais unânimes, as câmaras municipais unânimes; e, portanto, a inevitável subordinação de todos esses corpos legislativos e representativos aos chefes do executivo municipal, do executivo estadual e do executivo federal. Tudo isto são fatos naturais, perfeitamente lógicos, num povo que não tem – nem poderia ter – nem espírito democrático, sentimento democrático, nem portanto, hábitos e tradições democráticas. Fazendo dos cargos públicos e, consequentemente, do tesouro público coisa da sua propriedade privativa, os nossos clãs partidários, que manipulam o governo da União, dos estados e dos municípios, estão na mesma situação de um indivíduo que se apoderasse de uma *res delicta*.¹²⁵

A visão política de Oliveira Vianna, a clareza com a qual observa seu tempo é surpreendente. O autor não sua o conceito, mas nos fala exatamente da república que seria chamada posteriormente de oligárquica, e fala de um domínio do público pelo privado, identificando-o apenas com a oligarquia. Com o passar do tempo, esses oligarcas mudariam de nome, e passariam a ser chamados simplesmente de coronéis.

¹²³ VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In. CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) **À margem da história da república**. Tomo I. Brasília. Universidade de Brasília, 1981. p. 109.

¹²⁴ Ibid., p. 113.

¹²⁵ Ibid., p. 115.

O movimento presente nos textos de 1923 é bastante claro. Existem problemas naquilo que fora o sonho dos republicanos. Vicente Licínio Cardoso, no texto que encerra a coletânea, chama a atenção para que “em nenhum momento talvez da nossa história foi tão necessário pensar o Brasil como atualmente”¹²⁶, uma vez que em sua visão há evidente sentimento retrógrado nos espíritos que animam a República no tempo em que escreve seu texto. Essa desilusão é sintoma do fracasso do projeto republicano, sentida principalmente por aqueles que souberam ler no nascimento da República do Brasil uma possibilidade de progresso. Os autores que seguem encontraram também questões que estão profundamente ligadas a um sentimento negativo – não mais o de frustração, mas sim o de busca pelos responsáveis por inviabilizar os avanços pretendidos no alvorecer republicano.

2.3. Primeiras formulações sobre o conceito de coronel

O coronel é como um fantasma, que de tempos em tempos volta para nos assombrar. A frase, quase anedótica, trata de um fenômeno de fácil observação: volta e meia os noticiários e o próprio meio político nos apresentam comparações entre figurões do poder público e os famosos *coronéis da Bahia*. Em contrapartida, qualquer curioso que se dedicar à leitura rápida sobre o assunto, encontrará logo em princípio, que os *coronéis*, tal como se adota, ou pretende inferir, se circunscreveram à chamada Primeira República, ou República Oligárquica, em um contexto bastante próprio da mudança entre a monarquia e o desenvolvimento do que se entende como República no Brasil.

Mais do que isso, a historiografia define muito bem os baluartes da aplicabilidade do uso de *coronel* para não além desses primórdios republicanos. A imagem, porém, não cessa em aparecer. É como se qualquer político, dotado de maior grau de influência dentro de seus partidos remetesse diretamente à tão malograda palavra.

Há visivelmente um descompasso entre o uso das palavras e o sentido atribuído a elas. Caso nos atenhamos aos textos, na tentativa de sanarmos as inquietantes dúvidas acerca de quem foram esses coronéis, ou o que foi o chamado coronelismo, curiosamente, não encontraremos uma resposta, mas sim um conjunto.

¹²⁶ CARDOSO, Vicente Licínio. À margem da história da república. In. CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) **À margem da história da república**. Tomo II. Brasília. Universidade de Brasília, 1981. p. 109.

Existem inúmeras variações do significado de *coronelismo*, que entenderemos por hora, superficialmente, como o resultado e o espaço de atuação política do *coronel*.

O primeiro trabalho acadêmico dedicado ao estudo do coronelismo foi o de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*, publicado originalmente em 1948, como uma tese¹²⁷, sob o título *O município e o regime representativo no Brasil: uma contribuição ao estudo do coronelismo*. Até o momento de escrita da tese, embora existisse a utilização da palavra *coronel*, ou de seu derivativo, *coronelismo*, pouco havia se estudado ou teorizado sobre os impactos na política nacional. O que se havia escrito nesse sentido, era muito mais sobre a organização municipal brasileira e o mandonismo local, destacando-se autores como Basílio de Magalhães e Orlando M. Carvalho.

É justamente pela originalidade e pioneirismo do trabalho de Leal que convém-nos pensar o *conceito* de coronel e coronelismo a partir de 1948. O descompasso existente na historiografia brasileira acerca do tema parece ser muito bem aproveitado caso assumamos referenciais da História dos Conceitos de Reinhart Koselleck. Coronel e coronelismo não são simplesmente palavras do léxico português. Ambas possuem um sentido que indica conteúdo¹²⁸, como quaisquer palavras, mas mais do que isso, seu sentido está fortemente ligado a uma teorização reflexiva.

Coronelismo, Enxada e Voto – O Município e o Regime Representativo no Brasil, é a obra de vanguarda dos estudos sobre *coronelismo* no país. Até então, o conceito habita muito mais o popular, em um significado bastante mesclado, mas que parece lembrar e atenta para a situação de poder desses homens. Sobre esse significado mais abrangente, Basílio de Magalhães¹²⁹ narra a situação da criação da Guarda Nacional, em 1831, que cria efetivamente o posto de coronel, no país. Nesse momento, o sentido de *coronel* é estritamente militar, sendo o comandante das forças militares nas municipalidades. Aponta que frequentemente esses coronéis eram donos de terra, senhores de engenho, fazendeiros de gado, comerciantes e donos de alguma indústria, destacando o elemento financeiro.

¹²⁷CARVALHO, José Murilo de in LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto** – O município e o regime representativo no Brasil. 7ª Ed. São Paulo. Cia das Letras, 2012, p. V.

¹²⁸ KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos – problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 137.

¹²⁹ MAGALHÃES, Basílio apud LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto** – O município e o regime representativo no Brasil. 3ª Ed. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1978, p. 21.

Desde o primeiro estatuto de criação, o coronel da comuna não poderia ser preso em celas comuns, tão pouco julgado segundo o direito civil, o que confere ao cargo os primeiros traços de privilégio. Em fardas e trajes, como afirma Eul-Soo Pang¹³⁰, o prestígio do coronel amplia-se ao caminhar do Império Brasileiro. Entre as décadas de 1850 e 1860, o serviço militar contra Rosas, e posteriormente, a Guerra do Paraguai (1864-1870) fazem da guarda nacional uma *instituição* reconhecida pela nação.

O *status* do cargo de coronel se modifica, e aqueles que não possuem títulos de nobreza ou acadêmicos (os doutores médicos e os advogados), mas possuíam certo destaque social passam a diferenciarem-se dos demais como *coronel*. Com o passar do tempo, a imagem do título acadêmico cede ao título militar, e o *status* social dos coronéis se amplia. Magalhães evoca a ideia que na passagem do Império para a República, mesmo com a desmobilização da Guarda Nacional em 1922, a “estrutura ficou arraigada de tal modo na mentalidade sertaneja, que até hoje recebem popularmente o tratamento de “coronéis” os que têm em mãos o bastão de comando da política edilícia ou os chefes de partidos de maior influência na comuna, isto é, os mandões dos corrilhos de campanário”¹³¹.

À palavra *coronel* atribui-se esse sentido no momento da escrita da primeira obra acerca do coronelismo. Magalhães é um homem desse tempo, um historiador que nos diz sobre o sentido de coronel, o sentido de coronelismo. Pois bem.

Toda historiografia se movimenta em dois níveis: ou ela examina fatos já articulados linguisticamente, ou ela reconstrói fatos não articulados linguisticamente no passado, mas que, com ajuda de determinados métodos e a coleta de indícios, podem ser de alguma maneira recuperados.¹³²

A História dos Conceitos ajuda-nos justamente por essa dupla-função – Koselleck nos fala tanto de conceitos que existem em seu tempo, cujo significado se altera ao passar do tempo, quanto conceitos que são operados pela historiografia, sem necessariamente encontrarem eco ou referências no léxico do passado. No caso proposto, o conceito *coronel* evolui naturalmente, do posto militar ao senhor

¹³⁰ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias** (1889-1943) – A Bahia na Primeira República brasileira. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Brasileira, 1979, p. 31.

¹³¹ MAGALHÃES, Basílio apud LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto** – O município e o regime representativo no Brasil. 3ª Ed. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1978, p. 21.

¹³² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2006, p. 116.

político da municipalidade, isso observado por Magalhães na forma com a qual a população trata os *coronéis*, mas os significados que se atribuem ao conceito, a partir de Victor Nunes Leal passam a ser enfrentamentos, justificativas, concordâncias.

O conceito parece deslocar-se, do conjunto da língua para textos comparáveis.

Poder-se-ia aclarar esta discussão através da utilização da metáfora do fotógrafo. Para tirar uma fotografia posso ajustar a distância do objeto a ser fotografado: a perspectiva (se de mais perto ou de mais longe) vai me obrigar a um foco diferente. Assim, tanto poderei proceder à análise dos conceitos a partir de um método que privilegiará textos comparáveis, quanto poderei proceder metodologicamente expandindo minha análise ao conjunto da língua. Entre esses dois procedimentos, haveria ainda formas intermediárias. O objeto se mantém o mesmo, e o que se altera é apenas a perspectiva em relação a ele.¹³³

Victor Nunes Leal define e reelabora o poder dos coronéis apontados por Magalhães, estendendo a compreensão da ação do coronel e suas relações de poder, o coronelismo.

Baseada na figura do coronel, a Primeira República brasileira inicia-se como uma continuação de um jogo já dominado durante o Império. A fórmula política no poder é uma mescla de oligarquias, sejam elas econômicas ou administrativas. A forte questão centralizadora, tanto política quanto administrativa, debatida durante a primeira metade do XIX sai vitoriosa, e como nos indica Bóris Fausto¹³⁴, em uma combinação entre elementos da burocracia portuguesa, fazendeiros e comerciantes do Rio de Janeiro.

No final da monarquia, porém, esse elemento começa a ser discutido. A emergência de São Paulo como potência econômica caminha com a reivindicação por maior representatividade, encarnada na busca por uma estrutura federal e pela autonomia político-administrativa. Com a proclamação da República, em 1889, o governo central perde força para as províncias, que passam a ser encaradas como Estados.

¹³³ KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos – problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 138.

¹³⁴ FAUSTO, Bóris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República (1889-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008.

Dentro de cada Estado, a articulação política entre as elites econômicas e políticas se amplia, fazendo com que os interesses das classes econômicas embrenhem-se profundamente na política. Essa aproximação entre o político e o econômico está profundamente relacionada à criação dos partidos republicanos de cada Estado, articuladores da política no Brasil até o fim da Primeira República. Como os interesses são os mais locais, a uma articulação nacional encontra-se fora de jogo.

Essa luta por interesses das elites locais, bem como a falta de articulação política nacional gera um momento muito diverso no país. Enquanto Estados como São Paulo e Minas Gerais apresentam crescimento, por conta das políticas entre si e o enriquecimento por conta da produção cafeeira, que levaria ao primeiro surto de industrialização no caso de São Paulo, outros Estados tiveram seu crescimento estagnado em decorrência das disputas internas como o caso da Bahia e de Pernambuco.

Para Fausto¹³⁵ as relações clientelistas dominaram o cenário da Primeira República, evidentemente que variando de intensidade. Em meios urbanos, onde o fluxo de capitais, associado ao maior grau de escolaridade era presente, as trocas eram menores, mais escassas. Nas zonas rurais, distantes dos centros -

Os recursos de produção eram controlados por uma minoria diminuta; havia uma ausência quase total de estar-social público ou privado; e as condições geralmente precárias de sobrevivência não permitiam às classes dominadas fazer outra coisa se não procurar individualmente a proteção dos elementos mais poderosos. A proteção em forma de terra, ajuda financeira ou emprego, era trocada por uma garantia de lealdade, que, dependendo dos casos individuais, significava estar pronto e defender fisicamente o coronel, ou obedecer as suas vontades nas urnas.¹³⁶

A importância da figura do coronel é única durante toda a Primeira República. A descentralização do governo central ocorre principalmente na relação governo federal/governo estadual, como nos informa Fausto e Leal¹³⁷. O município ganha maior representatividade, uma vez que não existe mais o governo central como

¹³⁵ FAUSTO, Bóris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República (1889-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina**. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008. p. 772.

¹³⁶ Ibid., p. 772.

¹³⁷ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto** – O município e o regime representativo no Brasil. 3ª Ed. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1978.

irradiador único do poder político. Com a maior independência dos municípios, os coronéis assumem para si maior poder de barganha.

Para ilustrar essa descentralização do poder, entre o poder central e o município, nos anos de 1868-62, Orlando M. Carvalho¹³⁸ aponta que o governo imperial absorveu 80,8% de todos os impostos, enquanto repassou para as províncias 16,7% e para os municípios 2,5%. Em 1910, o governo federal ficou com 59,9% das receitas, repassando 21,5% para os estados e 18,6% para os municípios.

Evidentemente, a atuação dos coronéis nos municípios apresenta variações conforme a unidade federativa do país, uma vez que os coronéis se articularam de maneiras diversas nos diferentes Estados do Brasil. Em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os coronéis alocavam-se sob seus respectivos partidos republicanos. Eul-Soo Pang¹³⁹ entre outros autores, aponta que no caso paulista, os coronéis estavam geralmente em consenso, convivendo sob as decisões do forte e centralizado PRP (Partido Republicano Paulista), assim como os coronéis do Rio Grande do Sul e os de Minas e seus respectivos PRs. Em estados do Nordeste, porém, a constante disputa política entre os diversos coronéis cria uma situação política complicada. Foi nesses estados que o coronelismo apresentou sua face mais violenta.

Na Bahia, por exemplo, o surgimento de diversos partidos, a oposição entre o litoral e o interior, e a própria rivalidade entre diversos grupos de coronéis que buscavam a consolidação de seus grupos de parentela¹⁴⁰, fez com que a política de toda a Primeira República se apresentasse instável.

Crucial para a tese de Victor Nunes Leal, o voto é outra questão de grande importância na Primeira República. A Constituição de 1891 ampliou a representação através do voto. Todos os homens alfabetizados, maiores de vinte e um anos de idade poderiam votar, uma vez que as barreiras censitárias foram abolidas.

The expansion of the electorate from Empire to Republic was small, though still significant. If we compare the elections of the last

¹³⁸ CARVALHO, Orlando M. apud LOVE, Joseph L. Political participation in Brazil, 1881 – 1969. **Luso-Brazilian Review**, Vol. 7, No. 2 (Dec., 1970), p. 07. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3512756>>. Acessado em 25 Jan. 2016.

¹³⁹ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias** (1889-1943) – A Bahia na Primeira República brasileira. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Brasileira, 1979.

¹⁴⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Bóris. (Org). **História Geral da Civilização Brasileira** – Tomo III – O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

session of the imperial parliament (1886) with those of the first presidential election in which voters of all states participated (1898),⁸ we find an incremente in the participating electorate of almost 400%. More important, however, would be a comparison based on this electorate as a percentage of the population in the respective years. In this case we get 117.7 thousand voters in 1886 out of a population of 13.2 million, or .89%. In 1898 there were 462.2 thousand voters in a population of 17.1 million, or 2.70%. Modest as these gains are, the second election year still represents an increase of almost 300% over the first, relative to population.¹⁴¹

A ampliação da representatividade na Primeira República, porém, não significou melhoras no sentido da participação popular na política. Os antigos grupos oligárquicos continuariam a dominar o cenário político. Pior do que isso, com a moeda do voto, as relações de clientela se estenderam entre os políticos locais e a população, no movimento de barganha.

Esse é o quadro geral dos primeiros anos da República. Conforme seu avanço, as discrepâncias entre o nordeste e o eixo sudeste-sul se ampliam. A política do país, coordenada principalmente a partir desse eixo preocupa-se em demasia com um modelo liberal, centrado na exportação cafeeira, atendendo à política oligárquica coordenada por São Paulo.

¹⁴¹ LOVE, Joseph L. Political participation in Brazil, 1881 – 1969. **Luso-Brazilian Review**, Vol. 7, No. 2 (Dec., 1970), p. 07. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3512756>>. Acessado em 25 Jan. 2016. p. 06.

CAPÍTULO 03: AS MÚLTIPLAS FACES DO CORONELISMO

3.1. Disputas pelo conceito de coronel.

Mesmo nos anos finais de 1940, quando Victor Nunes Leal escreve sua tese, nosso ponto de partida encontra-se quase na virada do século XIX para o XX. Na verdade, a historiografia destaca com bastante ênfase o período no qual vigoram os coronéis ou o coronelismo, personagens ou processo típicos do período entre 1889 e 1930, chamado muitas vezes de Primeira República, ou República Oligárquica.

Em 1832, cria-se à maneira da *Garde Nationale* francesa, a Guarda Nacional do Brasil. O momento é de grande instabilidade política, como nos aponta Eul-Soo Pang¹⁴², uma vez que o período da Regência carrega em si toda a instabilidade de um governo imperial destituído da figura do imperador, aliás, esta questão não nos é central também. O ponto é que a criação de Feijó¹⁴³ é o impulso inicial para a formação da figura do coronel.

A chamada *Milícia Cidadã* parece funcionar como um ponto de extensão do governo regencial. Tal governo, não conseguindo fazer-se presente em todos os seus pontos, e na tentativa de fortalecer sua imagem, cria todo um aparato que simula sua presença. São apontados como os comandantes locais das guardas, os principais fazendeiros das regiões e cercanias. Normalmente, o posto mais alto da Guarda Nacional era o de *coronel*.

De início, o título não tem importância realmente grande. Há barões, viscondes, condes, marqueses, duques, que ocupam cargos nobilitários durante o Império, e um título militar pouco parece mudar, ou enobrecer algum dos figurões interioranos. De que vale um espaço afastado da política centralizadora do Império? Bem pouco, e destarte, os ditos coronéis não aparecem como figuras de importância.

Curiosamente, algumas vantagens aparecem aos ditos coronéis. Pois, se normalmente são proprietários rurais, naturalmente usarão seus poderes de ordem militar para um relativo benefício aqui, uma resolução de questões rurais ou de divisa ali, alguma intimidação acolá. Sempre em relativo compasso com a lei, como

¹⁴² PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias** (1889-1943) – A Bahia na Primeira República brasileira. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Brasileira, 1979.

¹⁴³ Ibid., p. 33.

bem evidencia Victor Nunes Leal¹⁴⁴, no exato espaço entre os olhos e a inobservância do Estado Imperial Brasileiro.

Bem, além dos títulos de nobreza, há os títulos acadêmicos. Médicos, advogados, ambos doutores aos olhos do Império, são parte da burguesia citadina, figurões de grande monta nos círculos sociais, normalmente nas grandes cidades como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, além de frequentadores ainda mais abastados de cursos no exterior. Portugal, com destaque para Coimbra, e ainda Paris, na França. Esses doutores, caso não sejam filhos de nobres da corte, ou os próprios nobres, tendem a se aproximar dos cargos administrativos e da própria corte.

É evidentemente preferível colocar-se ao lado do poder, ao invés de deter o resquício do poder nos confins do Império Brasileiro. Mas os coronéis percebem ao longo do tempo, vantagens ainda mais interessantes em seus cargos, tal qual o descrito por Basílio de Magalhães¹⁴⁵, uma vez que em caso de algum crime há um sistema penal diferenciado, fazendo com que os chefes milicianos fiquem em uma cela privativa na cidade, fora a aparência de riqueza, importância e destaque para a população. Nos momentos solenes do município, lá estava o coronel, junto ao prefeito e o pároco, as mais importantes figuras do poder secular em temporal das pequenas cidades.

Os chefes da Guarda Nacional nas regiões mais interioranas, assim como os oficiais de certa importância passam a ser identificados pela população como coronéis. Não existe ainda algo chamado de coronelismo. A figura do coronel não é mais vultuosa que a do padre ou a de um grande fazendeiro. Eul-Soo Pang¹⁴⁶ nos dá pistas do enobrecimento do título de coronel. A Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Entente, ou ainda Guerra da Tríplice Entente no Paraguai¹⁴⁷ modifica a forma como a própria população enxerga as Forças Armadas brasileiras.

O Exército e a Marinha ganham prestígio nacional, e na esteira deles, amplia-se o prestígio dos coronéis. Temos nesse breve histórico, o ponto inicial, axial do surgimento do prestígio dos coronéis.

¹⁴⁴ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto** – O município e o regime representativo no Brasil. 3ª Ed. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1978.

¹⁴⁵ MAGALHÃES, Basílio apud LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto** – O município e o regime representativo no Brasil. 3ª Ed. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1978, p. 21.

¹⁴⁶ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias** (1889-1943) – A Bahia na Primeira República brasileira. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Brasileira, 1979.

Coronel. Coronelismo. Mandonismo. Patrimonialismo. Paternalismo. Clientelismo. São todos conceitos que se entrecruzam nas definições de coronelismo. O ponto de base e articulação original da presente pesquisa foi um artigo, publicado em 1997 pela revista *Dados*, do Rio de Janeiro, escrito por José Murilo de Carvalho. O artigo articula-se como uma defesa do ponto de vista teórico do coronelismo.

A base do artigo, o texto de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*, funciona na defesa de José Murilo de Carvalho, como a medida do que é coronelismo, no sentido em que o autor reconhece a tese de Leal como a encarnação e única acepção do que pode ser o coronelismo ou o coronel.

O problema de assumir essa intenção ou afirmação é justamente incorrer no erro de qualificar uma ou outra teoria como melhor ou pior, ao mesmo tempo em que é necessário reconhecer as contribuições de diversos autores às pesquisas sobre coronelismo.

Nesse sentido, a metodologia adotada por essa pesquisa busca afastar-se das intenções originais do próprio projeto. Se antes a intenção voltava-se mais a comparação baseada em Leal, a constituição atual da pesquisa se aproxima muito mais da história dos conceitos de Reinhart Koselleck.

3.2. O coronelismo e o patrimonialismo.

Sabemos que são de Leal os primeiros contornos teóricos para se estabelecer o fenômeno “coronelista”. Embora bastante atrelado as realidades locais, alguns pontos pareciam sempre presentes ao se estabelecer o que foi o coronelismo na Bahia, no Mato Grosso, ou em qualquer lugar onde tenha se desenvolvido. “O coronelismo é acima de tudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”¹⁴⁸. Segundo este

¹⁴⁷ Diferenciação lembrada por DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**. 1ª Ed. São Paulo. Cia das Letras, 2002.

¹⁴⁸ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto** – O município e o regime representativo no Brasil. 3ª Ed. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1978. p. 20.

primeiro ponto e como reforça José Murilo de Carvalho¹⁴⁹, o fenômeno toma forma ao final do segundo império, quando o simbólico presidente da província é substituído pelo governador da república.

Esse movimento, de conceituar o coronelismo é fundamental no lançamento das bases do conceito em disputa. Leal, ao fazê-lo na década de 1940, acaba por criar academicamente um conceito que estará repleto de significados que entraram em choque com outros autores.

Do ponto de vista econômico, os senhores de terras se enfraquecem pelas mudanças econômicas e passam a depender das políticas do Estado como garantia de sobrevivência. Na medida que a presença estatal se expandia, diminuía o poder dos grandes senhores de terra, porém esta expansão se viabilizava pelo poder dos mesmos senhores, os chamados coronéis. Trata-se evidentemente de uma relação um tanto complicada, mas há de se notar sua lógica. Nos grotões da República recém instaurada, o estado só consegue se fazer presente através daqueles que já detinham o poder, da mesma maneira que aqueles que foram poderosos conseguem seus últimos suspiros de governança pelas mãos do Estado.

O texto de *Coronelismo, Enxada e Voto* divide-se em sete capítulos, dos quais somente no primeiro, o mais introdutório, a temática do município não ocupa a centralidade. Nesse primeiro capítulo, há a elaboração do que se entende por Coronelismo, atrelando-se profundamente o conceito à elementos como a posse de terras, a política local, a sociedade em estágio rural, e a questão eleitoral.

A maioria do eleitorado brasileiro reside e vota nos municípios do interior. E no interior, o elemento rural predomina sobre o urbano. Esse elemento rural, como já notamos, é paupérrimo. São pois os fazendeiros e chefes locais quem custeiam as despesas do alistamento e da eleição. Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido. Documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos, e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento.¹⁵⁰

¹⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-2581997000200003&lng=en&nrm=iso>. acessado em 10 Fev. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-2581997000200003>.

¹⁵⁰ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto* – O município e o regime representativo no Brasil. 3ª Ed. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1978. p. 35.

O empenho do coronel, ou da figura política de importância para o município não é desclassificado. As populações *paupérrimas*, como indicado pelo próprio autor, não possuem na maioria das vezes outra possibilidade de sobrevivência ou de existência, ou de representação que não o coronel. O laço não existe por generosidade, evidentemente, mas Leal destaca a existência dessa dependência entre os fiéis da balança.

O coronel se apoia eleitoralmente na população, que garante seus votos para o braço que o coronel apoia dentro do Partido Republicano de seu estado. A população destituída de qualquer coisa que não a patronagem do coronel, contribui com seu sufrágio, recebendo as poucas benesses de um Estado ausente. “A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de futebol, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgoto, a água encanada”¹⁵¹.

A relação existente tanto entre a população e o coronel, quanto entre o coronel e o estado está marcada por um sentido de reciprocidade. Nessa segunda relação, é o estado que dispõe dos recursos que serão empregados pelo coronel. Financiamentos, cargos municipais, tudo é distribuído, levando em consideração principalmente as amizades. Para Leal, é sobretudo a fraqueza econômica dos municípios que possibilita a manutenção do coronelismo, que atua oficialmente da seguinte maneira – os chefes locais devem apoiar incondicionalmente os candidatos do oficialismo nas eleições, enquanto cabe à situação estadual apoiar os chefes locais governistas.¹⁵²

Traçadas as linhas gerais do entendimento sobre coronelismo, o autor passa a investigar profundamente as bases do sistema de criação do município no Brasil. É bastante curioso que Leal recue até o período colonial para estabelecer uma linha de relação entre os poderes. A configuração das primeiras câmaras municipais é crucial para que se entenda a formação do poder em seu nível mais próximo à população. Em cada um dos capítulos que se seguem, o município é visto em perspectiva, saindo da colônia, passando pelo império e adentrando a república e as mudanças introduzidas ao fim da chamada “República Oligárquica”.

¹⁵¹ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto** – O município e o regime representativo no Brasil. 3ª Ed. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1978. p.37.

¹⁵² Ibid., p. 50.

A principal marca da obra está justamente neste ponto. Nenhum outro autor trabalhou a temática do município de maneira tão profunda para se compreender os espaços ocupados pelos coronéis na administração pública, aliás, a administração pública em sua menor célula. Nas considerações finais, Leal marca que o coronelismo é “uma forma de incursão do poder privado no domínio político”¹⁵³. A tese do autor, que o coronelismo é uma espécie de compromisso entre o poder privado decadente e o público fortalecido, mencionada na introdução, revela-se plena após a apresentação do funcionamento do município. Causas como a falta do entendimento de representação política, a pobreza e a baixa educação das populações rurais brasileiras são apontadas.

Partindo do coronelismo como uma base teórica, buscando compreender o coronel como uma figura central da política nacional durante a Primeira República, Victor Nunes Leal se transforma no primeiro articulador do conceito de coronelismo. O que passa sem ser notado por José Murilo de Carvalho, é que o coronel é deslocado do léxico popular, e passa a ser movimentado no campo acadêmico.

Quem é o coronel para Leal?

O coronel é justamente o vínculo entre o Estado que tenta se fortalecer e as elites locais que tentam se manter no poder. É por isso que a riqueza não é central aos coronéis. O coronelismo em Leal é justamente a troca.

Difere-se em grande medida, por exemplo, da defesa de Raymundo Faoro. Em *Os donos do poder*, publicado pela primeira vez em 1958, dez anos após a obra de Leal, o coronel é mais uma peça para encaixar-se no jogo do patrimonialismo. Parte-se do passado mais distante para que se atinja o mais imediato presente, sem abandonar o refinamento. Nesse movimento, de busca pelo passado, de pretender explicar o presente, o coronel é apenas mais um recurso. O que importa, verdadeiramente, é provar o quão plasmado nos brasileiros está a política portuguesa.

O patrimonialismo é uma transformação do patriarcado pelo processo de diferenciação, que se constrói a partir das relações de dependência entre o senhor e seus familiares, ou entre o soberano e os funcionários burocrático-estamentais. Isto ocorre em contraste com o feudalismo, que se organiza a partir de uma associação entre

¹⁵³ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto** – O município e o regime representativo no Brasil. 3ª Ed. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1978. p. 251.

iguais. O patrimonialismo se caracteriza pela subordinação dos funcionários despossuídos ao senhor. A relação é semelhante à de escravidão, também assemelhada por Weber à devoção familiar. Foi a associação entre patrimonialismo e escravidão que levou Buarque de Holanda a aplicar o conceito com relação ao Brasil e a destacar a abolição da escravatura como um dos principais fatores explicativos do processo de mudança na sociedade brasileira.¹⁵⁴

O conceito de coronel utilizado por Faoro é extremamente parecido com o de Leal nos assuntos que tocam a importância do elemento de troca, na fundamentação do voto como moeda para a República, na importância da ordem dos laços de amizade que envolvem o coronel e todos aqueles que estão à sua volta. A diferença está no ponto do autor. Raymundo Faoro utiliza a figura do coronel como uma espécie de exemplo de seu Patrimonialismo. Assim como em Leal, as bases de seu trabalho estão ancoradas em uma análise social que parte de referências weberianas.

Não há choque nos usos feitos por Faoro, mas existe diferença quanto ao que significa – o coronel, nas análises de Victor Nunes Leal, cumpre um papel específico em um jogo específico, de duração específica. Estas especificidades estão todas ligadas às trocas possíveis pelo sistema representativo recentemente adotado, no momento do surgimento da Primeira República. Em Faoro, o coronel cumpre o mesmo papel que cumprira o senhor em Portugal, com os mesmos vínculos de confusão entre a ordem pública e privada que ocorria no reino português. O coronel não é o centro da análise de Faoro, é simplesmente mais um ponto.

No fim da década de 1930, outro autor, Nestor Duarte¹⁵⁵ também escreveria sobre as organizações do Brasil serem uma continuação da política portuguesa. Sua obra seria publicada pela primeira vez em 1939, quase dez anos antes de Leal, e também esbarraria na figura do coronel, mesmo apesar do autor não usar o conceito, mas sua concepção não seria tão central para nosso entendimento do coronelismo. Os usos da figura do coronel, ou do poder do coronelismo estão voltados tão somente para sua concepção feudalista da história brasileira.

O coronel, nessa concepção, é no município, o mesmo que fora na Europa o senhor feudal, de modo que seus poderes foram (durante a Idade Média) e são

¹⁵⁴ AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**. Vol. 15. No. 2. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006>. Acessado em 28 abr. 2016.

¹⁵⁵ DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939.

(durante a Primeira República) totais e inquestionáveis, ligados a uma rede social bastante vasta que corrobora para sua manutenção. A figura da Igreja Católica é um elemento que permearia essa concepção, visto seu papel tanto na manutenção da ordem feudal, quanto na manutenção da ordem primero-republicana.

Seja pelo patrimonialismo, seja pelo feudalismo, as contribuições em prol do conceito de coronelismo são muito limitadas, sem que exista disputa pela definição da figura do coronel ou até mesmo alargamento do conceito, haja vista que não são formas de análise preocupadas em teorizar sobre o papel do coronelismo e do coronel propriamente ditos. Mesmo assim, elas apontam para um domínio do privado sobre a ordem pública durante a primeira fase republicana do Brasil, da mesma maneira que Vianna o faz ao apontar os excessos das oligarquias¹⁵⁶.

3.4. Coronelismo, mandonismo e clientelismo.

É com a obra de Eul-Soo Pang que o conceito de coronelismo de Leal entra em choque pela primeira vez.

De origem coreana, Eul-Soo Pang foi responsável pela primeira crítica de grande publicação ao trabalho de Leal. Para o autor, estudioso das oligarquias na América Latina, não há singularidade no caso dos coronéis do Brasil. A relação entre coronel e Estado é uma relação local, de traços claramente mandonistas. A disputa pelo conceito, dá-se na tentativa de identificar o caso brasileiro com o caso do mandonismo local, um senhor de terras apoiado em uma visão praticamente feudal.

Com base na história dos conceitos, podemos assumir essas divergências no significado do conceito de duas maneiras diversas – a primeira, pelo fato da investigação historiográfica carregar em si um núcleo conceitual contemporâneo¹⁵⁷, nesse caso, ao mesmo tempo que investiga um núcleo conceitual do passado, ou seja, os textos que investigam o coronelismo estão naturalmente afetados pela maneira de se escrever a história e as preocupações do presente.

Publicado originalmente em 1978, *Coronelismo e Oligarquias (1889-1943)* não se interessa em fazer uma análise de todo o histórico de leis e da organização do município brasileiro, mas metodologicamente, exime um esforço historiográfico

¹⁵⁶ VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) **À margem da história da república**. Tomo I. Brasília. Universidade de Brasília, 1981. p. 116.

¹⁵⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. 1ª Ed. Rio de Janeiro. PUC, 2011. p. 161.

bastante interessante, uma vez que trata tanto de trabalhos de famosos brasilianistas, como Thomas Skidmore e Stuart Schwartz, bem como historiadores brasileiros, como José Honório Rodrigues e Octávio Ianni, por exemplo.

O coronel, retrato claro do controle político exercido pelas oligarquias no país, está ligado à uma série de figuras que retratam justamente o mandão – desde o chefe das milícias coloniais, passando pelos senhores de engenho, até os coronéis da República. Da organização militar, o autor aproveita o uso da força, a organização hierárquica. Dos engenhos, a situação do senhor local, a influência econômica e social dos ricos produtores, além de evidentemente, a importância do significado da terra, cuja aristocracia dominava “as posições de poder e prestígio”¹⁵⁸ ainda nos tempos da Colônia.

Esses grupos, com essas características, agrupam-se ao redor da organização municipal das cidades interioranas, aqui, principalmente da Bahia e de regiões do nordeste brasileiro, confundindo o interesse privado dos latifundiários com as preocupações do município.

O trabalho utiliza-se da Bahia, mormente, não por não encontrar vestígios de coronelismo em outros estados do país, assim como aponta Victor Nunes Leal, mas em muito maior monta, pelo fato do autor defender com bastante ênfase a ideia circundante na época de escrita da existência de “dois Brasis”, proposta originalmente por Jacques Lambert, evidenciando o peso da contemporaneidade sobre a definição do conceito.

Ao redor dos latifundiários e mandões locais, Pang identifica o que chama de clã brasileiro, ou família extensa, ou seja, todo o grupo que compõe e se aproxima do poder de um *paterfamilias* (conceito utilizado pelo próprio autor) desde a colônia. São afilhados, a própria família do senhor, a família da esposa. Esses extensos clãs serviriam como motor de disputas de espaços políticos desde a Colônia até a República, e quando um membro desses grupos assume algum cargo público, é como se toda a totalidade ganhasse um *status legal*¹⁵⁹, ainda mais destacado quando o cargo é militar, percorrendo o caminho prescrito na introdução, para o *coronel*.

¹⁵⁸ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias** (1889-1943) – A Bahia na Primeira República brasileira. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Brasileira, 1979. p. 23.

¹⁵⁹ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias** (1889-1943) – A Bahia na Primeira República brasileira. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Brasileira, 1979. p. 25.

A questão do voto, motor da tese de Leal, tem bem menos destaque em Pang, mas atrela-se ao personalismo, o mandonismo do coronel. Os capangas da família extensa são aqueles que impedem os votantes do apoio ao candidato rival. Quando o juiz da localidade precisa se ausentar, quem indica os suplentes do juiz é o governador, que opera de acordo com o coronel local. A constante compra de votos, a troca de favores, a compra de novos sapatos, calças, camisas, refeições, além de votantes fantasmas compõem o tracejar das eleições.

Os falsos resultados eram registrados nos livros por homens ambidestros, e não era raro um coronel mais ambicioso, porém fraco de aritmética, obter mais votos que o número de eleitores. Essas discrepâncias eram sujeitas à correção por parte do legislativo estadual e federal. Em resumo, o resultado das eleições na Primeira República era um produto da colaboração dos que controlavam os municípios (os coronéis) e os que controlavam o legislativo (presidentes e governadores).¹⁶⁰

Há no trecho destacado, uma concordância bem clara entre a ideia da troca entre os poderes que significa o conceito *coronelismo* para Leal, e a definição de Pang acerca das eleições, mas não há maiores esforços nesse sentido.

Há em Eul-Soo Pang um esforço muito curioso, quase que de catalogação. Talvez pela carga da maneira estadunidense de se escrever história, mas principalmente pela forte influência das Ciências Sociais e da Ciência Política, em grande destaque nos Estados Unidos durante a década de escrita do texto, Pang dedica boa parte de sua escrita a criar categorias diversas de oligarquias e coronéis.

Por oligarquia, conceito que o autor assume ser amplamente usado ao tratar da história latino-americana de modo geral, “define-se como um governo de poucas pessoas”¹⁶¹. A necessidade de se estabelecer múltiplas definições de oligarquia reside justamente em identificar quem seriam essas “poucas pessoas”.

Parte dessas “poucas pessoas”, agrupar-se-iam no que o autor conceitua como *oligarquia familiar*, basicamente, uma oligarquia que atua com base no núcleo familiar, seja ele sanguíneo, ou de apadrinhamento, caso mais comum entre os coronéis. O chefe da família é o centro da organização, e dele emergem as benesses para aqueles que o cercam – os favores, o *compadrazgo*. A *dínamis* das

¹⁶⁰ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias** (1889-1943) – A Bahia na Primeira República brasileira. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Brasileira, 1979. p. 36.

¹⁶¹ Ibid., p. 39.

funções desse núcleo oligárquico é justamente a manutenção dos interesses de seus partícipes. A manutenção do *status quo* de determinado grupo, regida pelo chefe. Para o autor, é o caso claro dos coronéis na Bahia.

Outra forma de oligarquia, a *tribal*, não é controlada unicamente pelo chefe da família, e pode englobar diversas famílias, que mantêm o respeito ao espaço alheio entre si. A oligarquia tribal faz com que suas partes se unam quando confrontadas por um certo inimigo comum, sendo representada no caso por “[...]grandes regiões políticas dominadas por um só partido”¹⁶², como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde os chefes, mediam, distribuíam e evitavam o confronto entre os diversos clãs que compunham o partido.

A penúltima forma oligárquica, *colegiada*, funciona como uma combinação das últimas duas formas, mas acrescenta a participação de grupos econômicos de interesse, sejam eles industriais urbanos, ou indivíduos que não estão diretamente ligados a um clã específico. Pang aponta que normalmente, os grupos de relevância revezavam-se no poder, de modo que seus interesses não colidissem. “Como na oligarquia tribal, havia uma descentralização, mas esse sistema promovia uma liderança coletiva, permitindo uma centralização democrática na cúpula”¹⁶³.

Por fim, a chamada *oligarquia personalista*, muito próxima da definição de liderança carismática proposta por Max Weber. Os líderes dessas oligarquias, detentores de grande carisma pessoal, atraíam para si núcleos familiares, seguidores individuais. Operacionalmente, está acima da *familiocrática*, mas antes da *tribal* ou *colegiada*, podendo evoluir para estas duas últimas, ou ainda, deixar de existir.

Esta primeira divisão, entre oligarquias, é bastante curiosa no sentido em que elucida a percepção arguta do autor em lidar com os diversos grupos que detém o poder no Brasil. A próxima divisão, não menos curiosa, revela gritantes diferenças entre os indivíduos que compõe esses grupos, uma vez que o autor cria categorias para os coronéis.

Na conceituação de Eul-Soo Pang¹⁶⁴, os coronéis são divididos entre duas categorias amplas – a *ocupacional* e a *funcional*, subdivididas em outras categorias

¹⁶² PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias** (1889-1943) – A Bahia na Primeira República brasileira. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Brasileira, 1979. p. 42.

¹⁶³ Ibid., p. 44.

¹⁶⁴ Ibid., p. 57-63.

menores. Em alguns casos, estas categorias menores se cruzam, agregando característica diversas para dado coronel.

A categoria ampla *ocupacional* agrega as funções econômicas e ocupacionais dos diversos coronéis, sendo elas: *Proprietário de Terras*: detentor de posses rurais, mais livres portanto violentos no interior do país, enquanto os da zona costeira viviam sob forte controle do Estado; *Comerciante*: nas maiores cidades da costa e nas capitais, o poder econômico dos comerciantes começou a superar o poder dos proprietários de terra, e estes passaram a dominar a política local, sem muito recurso ao uso da violência (em um caso muito mais claro de mandonismo do que coronelismo); *Industrial*: tipo menos comum dentro da política brasileira, mas ainda com casos pontuais, compartilhava características dos *coronéis comerciantes*, embora possuísem curral eleitoral, personificado pelos operário; por fim, o *coronel-padre*: próximo da população, em um catolicismo compartilhado entre populares, alguns párocos utilizaram da influência pessoal e religiosa para atingiram cargos políticos de grande monta. Dos fiéis, fez-se curral eleitoral, e alguns inclusive, usaram a violência como recurso *coercitivo*.

Por fim, a categoria ampla *funcional*, que diz respeito aos recursos políticos usados pelo coronel, dividida entre *coronel-guerreiro*: mais presente no interior, e utilizando como recurso principal a violência; *Coronel-burocrata*: mais comum no sul do país, tratava-se dos coronéis que usavam de seu prestígio junto às camadas políticas mais altas para conseguir mobilizar suas vontades, normalmente compunha a parentela de determinado coronel; por fim, o *coronel-chefe do curral-distrito*: não uso da violência, facilitador dos contatos entre o Estado e comerciantes, e o não pertencimento a um grupo específico, fazem desse tipo de coronel uma espécie de ponto fora da curva.

Para a interpretação elaborada por Pang, o coronel não é compreendido como o meio do caminho, entre o Estado e a população, mas sim como senhor autocrático de determinadas regiões. O que se busca elucidar na concepção mandonista sobre o coronelismo, é como os coronéis desafiam a nação. Não há a centralidade ou o elemento centralizador destacado por Leal.

Os vínculos de família, amizade, subordinação, funcionariam perante o mandonismo apenas como maneiras de se reforçar os atributos de determinado mandão. A mesma fórmula está presente no trabalho de Marcos Vilaça e Roberto

Cavalcanti de Albuquerque¹⁶⁵. Embora o trabalho seja de cunho antropológico, já que visita antigos coronéis na década de 1970, há sim uma tolerância em usar-se do conceito para além de 1930, uma vez que as figuras retratadas não são a dos coronéis da historiografia, mas sim a de típicos mandões de Pernambuco.

Quem é o coronel para o mandonismo? O coronel é o belicoso senhor de um grupo, seja pela vontade política, seja pelo uso da força. O coronelismo localiza-se, nesses casos, não nas trocas com o Estado, mas sim na autonomia dos indivíduos, em sua demonstração de força e irredutibilidade contra o Estado.

O coronelismo numa interpretação sociológica, capítulo da autora no terceiro tomo da História Geral da Civilização Brasileira, de 1997, traz consigo os traços historiográficos da sociologia, preocupada muito mais nas questões sociais da primeira república do que no peso das datas ou acontecimentos. O centro da disputa pelo conceito está em significá-lo em proximidade à ideia de *mandonismo*, sem excluir noções de *clientelismo*. Maria Isaura busca uma interpretação menos voltada ao político, muito presente em Leal e Eul-Soo Pang. Sua proposta procura pelas condições socioeconômicas e histórico-sociais para compreender a formação do coronelismo, bem como sua decadência.

Para a formação, complexas redes de parentela entre a população e os coronéis, assim como entre coronéis de diversas potências. Mesmo com o fim do Império, a situação econômica do país mantém-se, o que segundo a autora, significa também uma manutenção das estruturas de mandonismo local extraídas do período de D. Pedro II. Ao comparar o conceito de coronelismo com mandonismo, a autora afirma a continuidade de estruturas colônias, apresentadas anteriormente por ela mesma.

O coronelismo é, então, a forma assumida pelo mandonismo local a partir da proclamação da República. O mandonismo local teve várias formas desde a Colônia, e assim se apresenta como o conceito mais amplo com relação aos tipos de poder político-econômico que historicamente marcaram o Brasil.¹⁶⁶

¹⁶⁵ VILAÇA, Marcos e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, Coronéis**. Rio de Janeiro, 1965. Tempo Brasileiro.

¹⁶⁶ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Bóris. (Org). **História Geral da Civilização Brasileira** – Tomo III – O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 1 vol., p. 160.

A extensão do direito ao voto também deve ser observada. Uma verdadeira barganha eleitoral surge entre o coronel e aqueles sob seu comando. Maior o poder do coronel, maiores os elementos de barganha, tanto maior a quantidade de votos, quanto a quantidade de benesses que podem ser garantidas pelo coronel. O traço *clientelístico*, afirma-se como a troca entre o coronel e seus votantes, enquanto o mandonismo, aloca-se na perspectiva dos poderes locais, continuados ao longo das mudanças Colônia/Império e Império/República.

Esboço adicionado por Queiroz, os principais líderes políticos dos centros urbanos muito comumente saíam em *tournées* pelo interior, levando consigo os elementos da compra de votos, como já observado por Leal e Pang. O recurso à violência como parte dessas trocas eleitorais também está presente, embora destaque-se o significado do voto na República, em seu descompasso com a barganha, comum desde o Império.

Assim, a extensão do voto a todos os alfabetizados, conquista republicana, em lugar de implantar um sistema de escolha, que consiste na afirmação da opinião do eleitorado, votando pelos candidatos que lhe parecessem os mais capacitados, ampliou o antigo sistema em que o voto era um bem de troca. Durante o Império, era um bem de troca que se negociava entre eleitores e candidatos pertencentes quase todos aos níveis socioeconômicos mais elevados; na República, as normas “liberais e democráticas” introduzidas como uma correção do que havia de viciado durante o Império (por exemplo, a barganha eleitoral), foram reinterpretadas em termos de condições socioeconômicas existentes e tiveram como resultado estender a todos os níveis da hierarquia social o mesmo sistema anterior, acentuando-o.¹⁶⁷

As mudanças eleitorais implementadas pela República garantiram, segundo a autora, a ampliação do sistema de barganha, uma vez que abarcou somente os eleitores minimamente alfabetizados. A mão-de-obra mais pobre, empregada pelo fazendeiro era em geral analfabeta, não votante, constituindo principalmente o grupo de capangas desse ou daquele coronel. Os eleitores encontravam-se entre os sitiantes, arrendatários, profissionais, artífices das pequenas vilas, funcionários dos governos locais. Essa população votante votava mediante a barganha, mesmo estando sob o risco da violência. O pequeno, médio, ou grande coronel não podia

¹⁶⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Bóris. (Org). **História Geral da Civilização Brasileira** – Tomo III – O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 1 vol., p. 161.

mostra-se completamente tirano, uma vez que dependia de sua *clientela*. “A exigência de um coronel para que seus apaniguados votem em determinado candidato – imposição muitas vezes sem apelo – tem como contrapartida o dever moral que o coronel assume de auxiliar e defender quem lhe deu o voto”¹⁶⁸.

Certo sistema de reciprocidade existe tanto do coronel para a população, quanto entre o coronel e seus familiares e apoiadores, variando de e se ampliando conforme o próprio poder do coronel. Na posição de governo, toda a *parentela* se beneficia, mas no acaso do revés, quando o coronel é oposição, todos os seus sofrem a perseguição do antes perseguidor. Maria Isaura aponta que durante toda a Primeira República, é mais comum observar coronéis devorarem-se entre iguais, do que lutas que emergem de dentro da própria família e clientela. Essa característica política, de ações de famílias contra famílias aqui, está bastante presente em Eul-Soo Pang também, embora ele utilize a expressão “clãs familiares” como opositores. Assim como em Pang, há nessas disputas quase que uma correspondência com a situação de disputas familiares desde a Colônia.

Os grupos de parentela são para Maria Isaura de Queiroz a origem da estrutura coronelística. Laços sanguíneos, compadrio e alianças matrimoniais, compõem o quadro do que Pang chamou de “família extensa”. A ênfase da autora, porém, está em que essas relações se comportam efetivamente como graus de parentesco verdadeiro. Os laços são vivos, claros, reais. Há solidariedade entre os pares, e o coronel, nesse grupo de parentela é o *primus inter pares*, o maior entre os iguais. A nomenclatura “família grande”, ou “família extensa” não é suficiente para determinar as relações familiares coronelísticas. Os dois termos referem-se a famílias onde sucessivas gerações ocupam o mesmo espaço, o mesmo teto. O grupo de parentela está além desse alcance, indo para além dos limites territoriais do município ou região.

Há no grupo de parentela tanto os laços de parentesco, quanto econômicos e políticos.

Como grupo, apresentava, pois, a parentela três aspectos interligados – o político, o econômico, o do parentesco – mostrando que a sociedade na qual estava implantada ora de estrutura socioeconômica e política ainda pouco diferenciada em seus setores

¹⁶⁸ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Bóris. (Org). **História Geral da Civilização Brasileira** – Tomo III – O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 1 vol., p. 163.

de atividade. Setor político, setor econômico, setor parentesco, reunidos, garantiam o funcionamento da sociedade e lhe davam uma característica própria.¹⁶⁹

No clientelismo, ao contrário do mandonismo, o elemento mais importante da atuação coronelística é, pois, justamente a rede de alianças. Seja por parentesco ou compadrio, só é coronel aquele que se cerca de clientes. As trocas são importantes também, mas a figura do Estado não parece tão importante quanto o é para Victor Nunes Leal. As trocas ocorrem em maior medida entre os coronéis e a sua clientela.

3.4. O Ocaso da Primeira República e o Eclipse dos Coronéis

Os últimos anos da história da primeira república são marcados pelo seu caráter de descompasso do acordo entre as oligarquias. O famoso fim da política do café com leite, bem como a redução do poder de São Paulo sobre a política nacional são parte integrante da história do Brasil narrada necessariamente pelo controle dos coronéis na política. Nessa perspectiva, 1930 marca o declínio do poder dos coronéis. As obras, tanto de Leal, quanto de Queiroz, quanto de Pang oferecem perspectivas para o fim do coronelismo.

Para Leal¹⁷⁰, o coronelismo está diretamente vinculado ao atraso econômico. Os laços dos coronéis sobre a população são muito maiores quanto mais ruralizada e esparsa a população. Nesse sentido, o instrumento de redução do coronelismo é o desenvolvimento das cidades e das indústrias urbanas. Juntamente com elas, o desenvolvimento dos próprios indivíduos e da política. A corrupção dos meios públicos dá-se também por falta de recursos do Estado em relação ao município.

A falta de dinheiro para a manutenção das forças policiais, o desabastecimento dos fóruns regionais, são para Leal traços claros da possibilidade de poder do coronel, mas a ampliação do poder do Estado não significaria o enfraquecimento dos coronéis¹⁷¹. O Estado, ao fortalecer-se, o faz com base em uma estrutura coronelística já presente no município, e na maioria das vezes, o que

¹⁶⁹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Bóris. (Org). **História Geral da Civilização Brasileira** – Tomo III – O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 1 vol., p. 167.

¹⁷⁰ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto** – O município e o regime representativo no Brasil. 3ª Ed. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1978. p. 122.

¹⁷¹ Ibid., p. 125.

ocorre é o fortalecimento deste ou daquele coronel que possuem amigos nas câmaras estaduais.

Leal reconhece a chegada de Vargas ao poder como um momento de mudança. O autor usa a expressão “revolução”¹⁷² para enfatizar o momento como positivo em relação ao combate do coronelismo. A legislação eleitoral de 1932, juntamente com as modificações econômicas pelas quais o país passa após a crise do café em 1930 são de grande importância. No conflito político dominado pelos fazendeiros, outras figuras também aparecem. Banqueiros, industriais e comerciantes passam a competir por representatividade. A questão mais profunda, porém, a sustentação agrária do coronelismo quase não se modifica. Há nos escritos de Leal uma grande preocupação das manutenções e adaptações aqui e acolá do coronelismo em regiões completamente dependentes dos meios rurais.

Para estabelecer sua conclusão, Leal crê que apesar das melhoras advindas com o regime varguista, em oposição à “República Velha”¹⁷³, há ainda em 1948, ano da publicação do seu livro, um grande risco em relação ao coronelismo. Nas zonas mais afastadas do desenvolvimento, o poder, ainda que modificado, pode retornar para as mãos dos coronéis, dada a grande adaptabilidade dos coronéis para com as mudanças políticas. O regime varguista, a partir de 1930, foi responsável por criar, ou trazer à tona os elementos necessários para o fim do coronelismo, mas esses elementos não seriam suficientes para seu fim.

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, a decadência da sociedade coronelística está associada aos mesmos fatores base de Leal, adicionando-se o elemento do crescimento demográfico e o estudo profundo dos componentes sociais que envolvem o fenômeno. Apesar do crescimento das cidades, em um cenário de “crescimento normal”¹⁷⁴, os espaços urbanos seriam insuficientes para romperem os vínculos dos grupos de parentela, da família extensa, como usa a autora. No sul do país, porém, com a ampliação demográfica estrondosa causada pelas imigrações após a metade do XIX, há um surto de crescimento urbano, demográfico e industrial. Com esse avanço populacional, as relações afetivas necessárias para a

¹⁷² LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto** – O município e o regime representativo no Brasil. 3ª Ed. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1978. p. 125.

¹⁷³ Ibid., p. 180.

¹⁷⁴ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Bóris. (Org). **História Geral da Civilização Brasileira** – Tomo III – O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 1 vol., p. 180

manutenção dos vínculos coronelísticos são rompidas.¹⁷⁵ O estabelecimento dos vínculos no espaço urbano estará associado muito mais a uma identidade de classe, de vizinhança, do que condicionada à família.

Quanto mais deferentes os grupos que compõem as cidades, mais complexo fica o controle do coronel sobre dada população. As necessidades dos indivíduos são diferentes demais para que um senhor consiga sozinho, manter o controle sobre os seus. Então “o coronel, que fora o antigo dono da cidade, torna-se assim um dos elementos da estrutura de poder, ao lado de outros que ora agem como seus aliados, ora como seus opositores.”¹⁷⁶

No ambiente das cidades, a solidariedade não é dada entre aqueles de classes sociais diversas que se entendem de uma mesma família, mas sim entre os componentes de uma mesma classe e dessa maneira, a clientela do coronel se desfaz. Cada bairro é composto por aqueles de condição socioeconômica equivalente, e não diferente, como era no ambiente rural do coronel. Essas transformações dependem diretamente dos recursos disponíveis, e por esse motivo, são transformações operadas inicialmente no interior da sociedade paulista, dada a importância do café no volume das exportações.

Queiroz aprofunda as noções de Leal em relação à expansão do Estado. Se de início, a alocação de bacharéis de direito nas cidades do interior como delegados de polícia significava na maioria das vezes a submissão dos jovens incautos ao poder dos coronéis, conforme as novas instituições criavam vigor, uma poderia se apoiar na outra.¹⁷⁷ A partir de 1916, por exemplo, o alistamento eleitoral deixou de ser feito junto às câmaras municipais, diminuindo o impacto dos coronéis sobre os novos eleitores, e transferindo a responsabilidade do ato para o poder judiciário. Em 1926, inamovibilidade, vitaliciedade, e irredutibilidade, prerrogativas que eram pertencentes somente aos juízes federais, também foram dadas aos juízes estaduais. Desse momento em diante, o juiz não estaria mais ameaçado por agir contra o coronel local.¹⁷⁸

¹⁷⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Bóris. (Org). **História Geral da Civilização Brasileira** – Tomo III – O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 1 vol., p. 181.

¹⁷⁶ Ibid., p. 182.

¹⁷⁷ Ibid., p. 183.

¹⁷⁸ Ibid., p. 184.

Com a criação e fortalecimento de ambas as instituições, tanto a polícia, quanto a justiça, o poder do coronel começava a dar sinais de esgotamento, uma vez que não era mais sua função repreender, tampouco julgar, ou influenciar o julgamento de seus adversários. O coronel e o coronelismo mostraram-se figuras associadas às realidades simplórias da república brasileira. Conforme o Estado e as instituições se modernizavam, o espaço do coronel e seus correligionários diminuía.

A autora, ao contrário de Leal, é bem menos otimista em relação à política varguista, inclusive, sem valorizar essa ou aquela política associada a este ou aquele presidente. O fim do coronelismo, assim como em Leal, está associado ao fim da primeira república, muitos mais por interferências do crescimento demográfico, da urbanização e da industrialização, do que ações políticas específicas. Tal deslocamento ocorre, evidentemente, por conta da diferença dos momentos de produção dos textos, uma vez que Leal produz seu texto em um momento que o regime varguista é o que há de mais moderno na política brasileira (fins da década de 1940), enquanto Queiroz o faz um pouco mais tarde (década de 1970).

Para Pang, a questão também está associada às mudanças econômicas, mas o autor destaca em sua análise a centralidade da ação política de Vargas para a redução do coronelismo. Como para o coreano o coronel é um líder local indisciplinado, que age politicamente de acordo com sua própria vontade. Nessa perspectiva, com a ascensão de Vargas, há uma melhor organização dos sistemas partidários, o que faria com que o coronel estivesse submisso aos partidos¹⁷⁹, e não mais em desacordo com eles.

O sistema de voto secreto, apesar de seus possíveis defeitos, possuía a qualidade de reduzir a interferência direta dos coronéis sobre os eleitores. Essa reforma, obrigatória a partir da Constituição de 1934, é o motivo pelo qual o recorte escolhido para a investigação do autor se colocasse entre 1889 e 1934¹⁸⁰.

Do ponto de vista econômico, Pang destaca a importância da integração nacional, ampliada durante a era Vargas. A circulação de mercadorias, entre interior e costa do Brasil, acaba por aproximar as regiões rurais das regiões urbanizadas.

¹⁷⁹ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias** (1889-1943) – A Bahia na Primeira República brasileira. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Brasileira, 1979. p. 232.

¹⁸⁰ Ibid., p. 232.

Aproximam-se os brasileiros, afasta-se o coronelismo, em um jogo que se associa também com a ampliação do poder de compra dos indivíduos¹⁸¹.

Do ponto de vista político, o desenvolvimento do pluripartidarismo, depois de 1945, permitiu a divisão maior entre os coronéis, e reduziu as disputas internas dos partidos republicanos estaduais. Com isso, os coronéis tiveram seu poder naturalmente reduzido, uma vez que não capitaneavam toda a população, e sim parcelas delas, em um “facciosismo”¹⁸² crescente. Para além disso, Pang destaca também a expansão dos governos em suas esferas estaduais e federal, arrematando seu texto com o efeito do tempo sobre os homens. O coronel é uma figura do passado da política, antiquada para a evolução da política no Brasil. Conforme o tempo avança e a morte chega para os coronéis, não ocorre a renovação das figuras.

Na década de 1970, enquanto Eul-Soo Pang escrevia seu texto, o autor ainda vislumbrava a figura dos coronéis, com poderes muito reduzidos, mas ainda presentes na vida das pessoas pelo interior do país.

¹⁸¹ PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias** (1889-1943) – A Bahia na Primeira República brasileira. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Brasileira, 1979. p. 232.

¹⁸² Ibid., p. 234.

5. CONCLUSÃO

O coronel e o coronelismo são conceitos que de fato iniciam-se da percepção das realidades sociais brasileiras no período da primeira república. No interior da república, quem mandava na localidade era na maioria das vezes o coronel ou o Dr. Bacharel, e o espaço temporal dessa atividade só pode ser compreendido na transição das estruturas do absoluto centralismo político do império brasileiro, para o desenvolvimento de uma república cujo povo é alheio às tradições democráticas.

O problema, porém, é que essa visão, apesar de sua principal qualidade, o generalismo, apresenta uma grande falha – o mesmo generalismo. Em seu sentido positivo, é funcional, pois explica de maneira bastante aberta quem domina a política da primeira república e qual o espaço ocupado pelo povo, mas em seu sentido negativo, amarra a historiografia à uma explicação bastante superficial e pouco crítica para a primeira república.

É como se todas as explicações acerca do regime republicano fossem automaticamente respondidas por um problema único – o coronel e sua ação sobre a política local.

Nesse sentido, a obra dirigida por Vicente Licínio de Cardoso é fulcral para se buscar outros problemas que não estejam resguardados somente ao coronel. Ele é também um problema durante a primeira república, mas não é o único. Vários autores apontam a importância da discussão do papel das elites sobre a primeira república, mas isso não transforma automaticamente todos os embates republicanos em embates dos coronéis. Quando Leal propõe uma definição mais objetiva sobre o coronel e sobre o coronelismo, ele propõe a avaliação do impacto da ação política de um líder local tipicamente rural e católico (apesar do autor não fazer uso dessa prerrogativa) que sendo senhor de pouco ou nada, aparenta maior riqueza que seus submissos, e justamente por isso, ganha prestígio social. Esse prestígio é usado em uma relação de proximidade com o Estado e traduzido em dois níveis – do coronel para o Estado, há o apoio. Do coronel para o povo, este ou aquele favor.

Estender essa fórmula significa automaticamente reduzi-la a nada.

Isso porque o coronelismo reside numa especificidade, dependente de vários fatores para acontecer. Chamar todo oligarca brasileiro da primeira república de

coronel significa automaticamente perder essa especificidade. É por isso, por exemplo, que temos tantas centenas de casos investigados de coronelismo além da primeira república. O vínculo local do poder do coronel pode ser facilmente confundido com o vínculo de um senhor com sua clientela, ou de um mandão com a política da localidade.

Os trabalhos de Maria Isaura e Eul-Soo Pang enquadram-se numa ordem de extensão do sentido do conceito de coronelismo. Em ambos os casos, a grande contribuição é a de estender e compreender as aplicações do conceito para os grupos políticos que envolvem o coronel. O problema, porém, está em não estabelecer limites para essa ação. O governo de Vargas enquadra-se como um divisor de águas, um transformador dessas relações, porém elas são bastante mutáveis, e tenderiam a continuar existindo, ao mesmo tempo em que se confundem com relações de clientelismo e mandonismo.

Por fim, em decorrência da plasticidade do conceito de coronelismo, tanto ele, quanto o coronel transformaram-se na justa medida e no significante da primeira república. Após o surgimento do conceito de coronel, recorre-se a essa figura sempre que se busca uma explicação sobre qual o principal problema que teria acometido a primeira república. Acaba-se assim, por ser fundada pela historiografia, uma cultura política do coronelismo.

Essa cultura política não possui manifesto, partido, grupo fundador, ou ideologia – pelo menos não em um sentido homogêneo. A historiografia, ao encontrar como resposta para os problemas da primeira república o coronelismo, transforma o afastamento da população da ação democrática, o domínio do coronel sobre seus currais eleitorais, a afirmação da riqueza do coronel sobre os demais em traços que podem ser confundidos como uma cultura política, uma vez que cria pontos recorrentes do entendimento sobre a primeira república.

O quadro que temos, ao fim das contas, é o de uma cultura política construída ao redor do próprio conceito de república. Coronelismo e primeira república acabam por se confundir. Ambos se encontram em seus respectivos percursos, mas apesar da confusão e da ilusão, traçar o coronelismo como uma cultura política da primeira república é possível apenas ao se tocar a superfície da história. Quando nos aprofundamos, o contorno se quebra, e a aparente cultura política deixa de existir.

6. FONTES

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – O município e o regime representativo no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 1978.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Boris. (Org). *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 1 vol.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias – 1889 – 1943*. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1979.

6.1. BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**. Vol. 15. No. 2. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006>. Acessado em 28 abr. 2016.

AMADO, Gilberto. As instituições políticas e o meio social. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) *À margem da história da república*. Tomo I. Brasília. Universidade de Brasília, 1981

BENTIVOGLIO, Júlio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. *Revista Dimensões*. Vol. 24, Vitória. 2010. Disponível em: <www.publicacoes.ufes.br/dimensoes/article/download/2526/2022>. Acessado em: 29 jul. 2016. p. 118.

CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história da república*. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) *À margem da história da república*. Tomo II. Brasília. Universidade de Brasília, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 22 dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.

_____. "Coronelismo", in *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. Rio de Janeiro, Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas, Forense Universitária.

_____. As Metamorfoses do Coronel. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 6 mai. 2001

_____. A construção da ordem. *Teatro das Sombras*. 4ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

CAMMACK, Paul. "O Coronelismo e o Compromisso Coronelista: Uma Crítica".

Cadernos do Departamento de Ciência Política, nº 5, Belo Horizonte, 1979 p. 1-20.

CAMPOS, Francisco I. *Coronelismo em Estado Periférico: Goiás na Primeira República*. Tese de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 1975

COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma (1870-1889). In BETHELL, Leslie (Org.) *História da América Latina*. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008.

DEAN, Warren. A Economia Brasileira (1870-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) *História da América Latina*. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008.

DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Globo, 1991. 2 v.

FAUSTO, Bóris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República (1889-1930). In BETHELL, Leslie (Org.) *História da América Latina*. Vol. 5. São Paulo. EdUSP, 2008.

FAVETTI, Rafael Thomaz. Brevíssima Introdução aos Principais Conceitos Utilizados em Coronelismo, Enxada e Voto, de Victor Nunes Leal. *Instituto Victor Nunes Leal*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ivnl.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=164&Itemid=29>. Acessado em: 04 jan. 2015.

FIALHO, Anfriso. *História da fundação da república no Brasil*. 1ª Ed. Brasília. Universidade de Brasília, 1983

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In SOIHET, Rachel, BICALHO, M. F. B. & GOUVÊA, M. F. S. (org). *Culturas políticas - ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2005.

GRAHAN, Richard. Clientelismo na cultura brasileira – Toma lá dá cá. Braudel Papers. p. 03-12. Disponível em: <http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/downloads/portugues/bp15_pt.pdf>. Acessado em 03 ago. 2016.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 20. No. 57. São Paulo. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a02v2057>>. Acessado em: 15 ago 2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. 1ª Ed. Rio de Janeiro. PUC, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos – problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992

LEAL, Victor Nunes. (1980), "O Coronelismo e o Coronelismo de Cada Um". *Dados*, vol. 23, nº 1, p. 11-14. Brasil, 1997.

LEÃO, A. Carneiro. Os deveres das novas gerações brasileiras. In. CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) *À margem da história da república*. Tomo I. Brasília. Universidade de Brasília, 1981.

LOVE, Joseph L. Political participation in Brazil, 1881 – 1969. *Luso-Brazilian Review*, Vol. 7, No. 2 (Dec., 1970), p. 07. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3512756>>. Acessado em 25 jan. 2016.

LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Bóris. (Org). *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias – 1889 – 1943*. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1979.

PRADO JR, Caio. *Evolução política do Brasil. Colônia e Império*. 14ª Ed. São Paulo. Brasiliense, 1985

SKYNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*. Vol. 8. No. 01. Middletown. 1969. Disponível em: <<http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic1121766.files/Skinner%20Meaning%20and%20Understanding%20in%20the%20History%20of%20Ideas.pdf>>. Acessado em 20 ago 2016.

VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In. CARDOSO, Vicente Licínio (Org.) *À margem da história da república*. Tomo I. Brasília. Universidade de Brasília, 1981.

WIRTH, John. Minas e a Nação. Um estudo de poder e dependência regional (1889-1937). In: FAUSTO, Bóris. (Org). *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.